

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios



DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 14
R\$ 7,00



Jorge Mattoso

Presidente da Caixa
Econômica Federal

**Capão
Bonito**

Ecoturismo: gerador
do desenvolvimento

Ilhabela

Vela - a maior
atração turística

**Revelando
São Paulo**

As raízes do
litoral e do interior

Eleições/2004

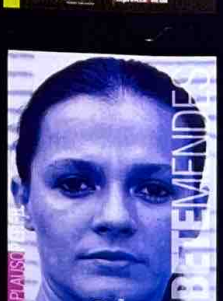
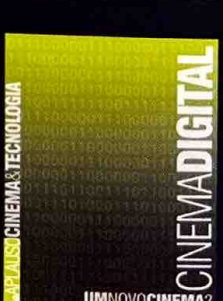
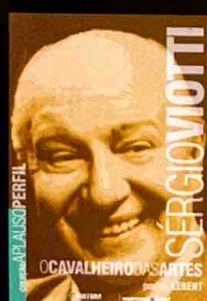
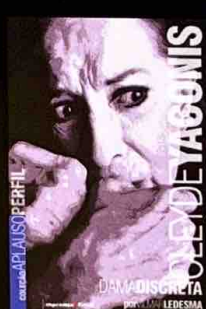
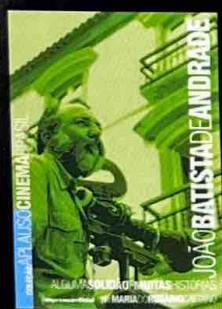
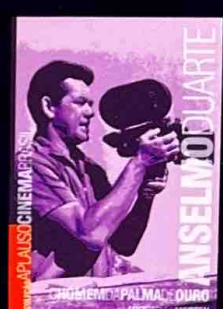
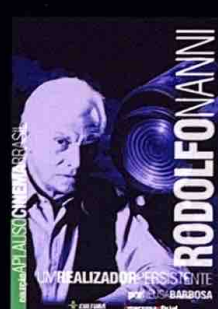
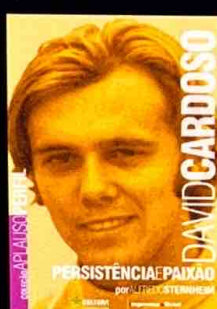
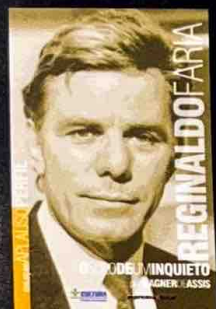
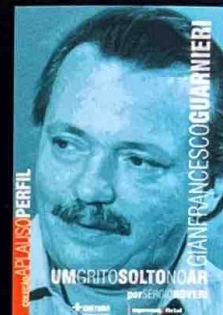
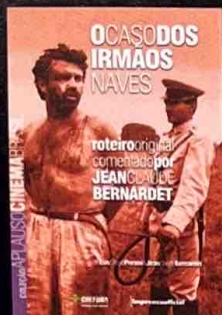
**PSDB vence em
191 municípios
no primeiro turno**

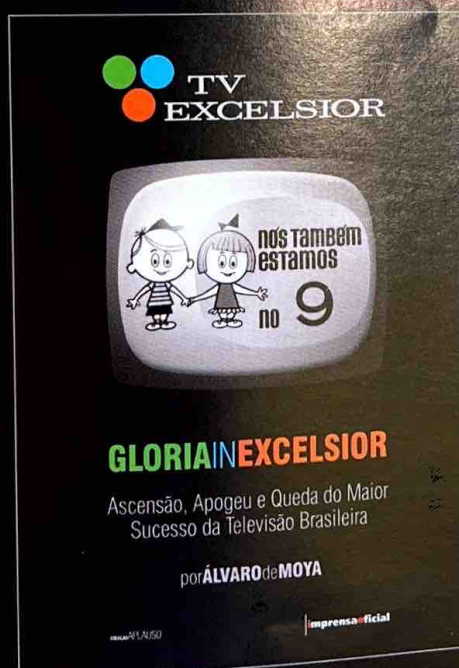
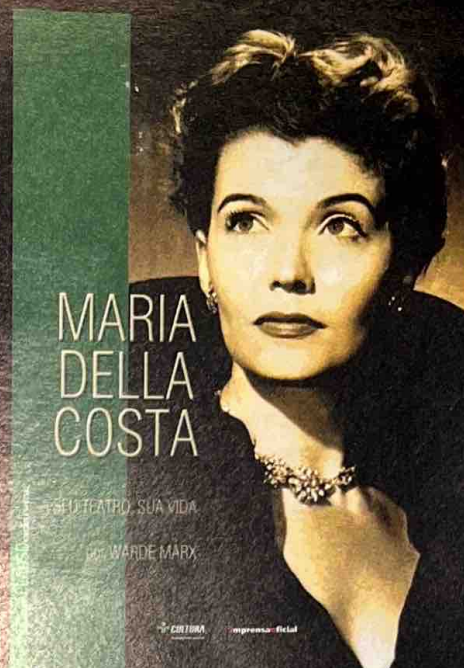
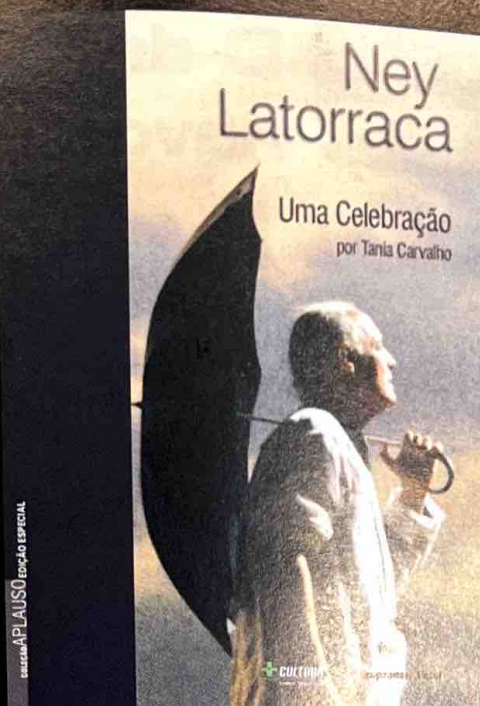
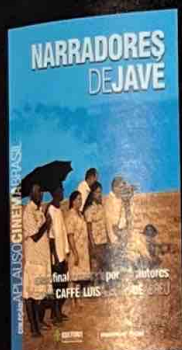


JUSTIÇA
ELEITORAL



COLEÇÃO APLAUSO





SAC 0800 1234 01

CULTURA
Fundação Padre Anchieta

imprensa oficial

CASA CIVIL


**GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO**
RESPEITO POR VOCÊ

É fácil comprar o seu livro: www.imprensaoficial.com.br/lojavirtual



**Associação Paulista
de Municípios**

Av. Rebouças, 2.499
Jd. América - São Paulo - SP
CEP 05401-300
Fone/Fax: (0xx11) 3063-2225
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

**DIRETORIA
DIRETORIA-ADMINISTRATIVA**

PRESIDENTE

MARCOS MONTI
Ex-Prefeito de São Manuel

VICES-PRESIDENTES

ANTONIO PALOCCI
Ex-Prefeito de Ribeirão Preto e
Ministro da Fazenda

JOÃO HERMANN NETO
Ex-Prefeito de Piracicaba e
Deputado Federal

ESTEVAO GALVÃO DE OLIVEIRA
Prefeito de Suzano

**SECRETARIA
MEMBROS DIRETORES**

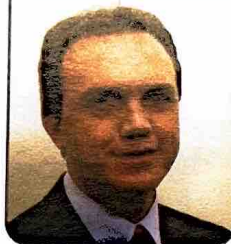
SECRETÁRIO

ANTONIO CESAR SIMÃO
Ex-Prefeito de Itapuí

Secretária-Executiva
DALVA CRISTOFOLETTI PAES DA SILVA

Coordenador do Conselho
Técnico Multidisciplinar
ANTONIO SÉRGIO BAPTISTA

Editorial



O desafio dos novos eleitos

Recentemente, um jornal de grande circulação nacional enfocou em seu editorial, a questão das "Dívidas dos Municípios". No referido texto, foram citados dados obtidos na STN – Secretaria do Tesouro Nacional e que apontavam um déficit dos municípios de R\$ 645 milhões, no ano de 2003.

No início da leitura tinha-se a impressão que os prefeitos de todo o País não estavam cumprindo com a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao nos aprofundarmos no texto, começamos a entender quem realmente eram os responsáveis pelo famigerado déficit, pois 96% desse total, ou seja, R\$ 622 milhões, eram de responsabilidade de apenas 12 municípios com mais de um milhão de habitantes.

Isso comprova que a grande maioria dos 5.560 municípios brasileiros, está cumprindo rigorosamente a LRF, e que não podemos generalizar quando falamos em déficit dos municípios, porque não podemos culpar todos pelo mau exemplo de poucos.

A partir do próximo ano novos mandatos iniciam-se, a expectativa é que teremos em torno de 70% a 80% de novos prefeitos, isto porque em 2000, 60% conseguiram se reeleger, e somente 40% têm direito à reeleição.

Como a renovação será expressiva, nós já estamos nos organizando para prepararmos cursos, seminários, encontros, com os novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, visando mostrar as mudanças, que foram muitas, nos últimos quatro anos.

Fizemos uma parceria com a CNM – Confederação Nacional de Municípios e no final do mês de novembro, realizaremos o Seminário para os Novos Prefeitos junto ao 5º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para Municípios. O seminário tem a intenção de mostrar aos novos prefeitos todas as mudanças ocorridas nos últimos quatro anos, além de apresentar as possibilidades dos inúmeros convênios que as prefeituras podem fazer com os governos Federal e Estadual.

Já o 5º CBTIM vai apresentar aos novos prefeitos as mais modernas ferramentas do mercado em Tecnologia da Informação, visando apresentar ao administrador os subsídios que ele tem à disposição para aumentar sua arrecadação sem onerar os impostos, por meio do geoprocessamento. Como controlar com mais eficiência os gastos municipais por meio da BEC - Bolsa Eletrônica de Compras e do Pregão Reverso, em outras tecnologias.

Será um momento único para que possamos cumprir com nosso papel institucional de orientar todos os nossos associados, para que os mesmos possam em seus municípios, enfrentar o desafio da gestão pública, visando sempre o trabalho racional e mais eficiente em prol da população que reside no município.

Saudações Municipalistas!

A luta continua!

Marcos Monti
presidente da APM



06 Entrevista
Jorge Mattoso – presidente da
Caixa Econômica Federal

08 Eleições/2004
PSDB sai vencedor nas urnas

14 Artigo
Eduardo Suplicy

18 Opinião
Arnaldo Jardim e Álvaro Santos

20 Capão Bonito
Ecoturismo: gerador do desenvolvimento

24 Artigo
Maria Lúcia Alekmin

26 Ilhabela
Capital da vela e paraíso tropical

30 Menção
Aldo Rebelo

36 TCE
Da inexecução e da rescisão dos contratos
administrativos

42 Bovespa
"Bovespa vai até você" completa dois anos

44 IBGE
Novo atlas geográfico

48 Revelando São Paulo
Raízes e tradições do litoral e do interior



CONSELHO EDITORIAL

Antonio Cesar Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETOR ADM.-FINANCEIRO: Andreas Rüttschilling
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios
A Ordem do Dia da Política Municipal de São Paulo

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Eliana Michi
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlina
DIAGRAMAÇÃO: Bolívar Ramos Filho e Luiz
Vicente Lázaro
FOTOS: Paulo Guimarães
CAPAS: Marçal Duarte (Ilhabela), Folha
Imagem (Capa Geral) e Pref. Mun. de
Capão Bonito (Capão Bonito)
PRODUÇÃO GRÁFICA: Francisco Eugênio, Ivan
Santana e Tiago Manga
CONSULTORIA: Christo, Manesco &
Associados

PUBLICIDADE

EXECUTIVO DE CONTAS: José Jones
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
MARKETING: Raquel Pires
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasília):
Singulare Publicidade
Magda Dias (61) 344-5181
brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinélio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

Setembro/2004

APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

imprensaoficial



ANER
www.aner.org.br

ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPERA

FALE CONOSCO

REDAÇÃO
Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203
E-mail: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

marcio@editorasegmento.com.br (publisher)
Cartas: Rua Ministro Sinélio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING
Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais
Tel.: (11) 3879-8220
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE
Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8216
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

ASSINATURAS, RENOVACÕES E NÚMEROS ATRASADOS
Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643
assinatura@editorasegmento.com.br
www.editorasegmento.com.br



Jorge Mattoso: "Temos de incrementar parcerias"

Economista, gaúcho, 54 anos, pai de quatro filhos, o atual presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Eduardo Levi Mattoso, abandonou seus estudos universitários em Porto Alegre devido à perseguição política e veio para São Paulo em 1970, trabalhar no Cebap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Durante o período da ditadura militar esteve exilado entre 1972 e 1978 no Chile, na Suíça e na França, onde terminou sua graduação e mestrado. Licenciou-se da função de professor da Faculdade de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas), para assumir a secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, cargo que ocupou até janeiro de 2001, quando foi convidado para assumir a presidência da instituição. Em entrevista à revista *Municípios de São Paulo*, Mattoso explica quais

Jorge Mattoso

Presidente da Caixa Econômica Federal

Com a retomada da expansão da atividade produtiva, CEF disponibilizou mais recursos para os municípios

os programas que a Caixa oferece e que contemplam prefeituras e órgãos municipais por meio de financiamentos e parcerias.

Quais propostas da CEF para os municípios, têm maior demanda?

Não temos dúvidas que são as relativas à habitação e ao saneamento, que atingem 90% das solicitações. Os municípios recorrem a diferentes programas que a Caixa dispõe, mas estes dois setores são os que atendem maior demanda, pois no caso do setor habitacional nós temos linhas de crédito voltadas para mutuários e construtoras. Programas como o PSH [Programa de Subsídio Habitacional] implantou parcerias entre as prefeituras, os Estados e a Caixa e oportunizou o financiamento de terrenos populares. Já em nível de saneamento básico as parcerias com os Estados e empresas que detêm os serviços no setor vêm crescendo. O PNAFM [Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios] um programa de sucesso crescente, conta com recursos para atender, em potencial, todos os municípios

brasileiros. A gestão municipal pode melhorar a qualidade da execução das funções sociais da administração pública. O objetivo geral do programa é apoiar o governo brasileiro na busca da estabilidade macroeconômica, por meio do equilíbrio fiscal auto-sustentável, fundamentado em uma política transparente e eficiente na gestão da receita e do gasto público municipal. O programa permite ampliar a arrecadação do município, melhorar a posição nos empréstimos, independente do nível de endividamento e conta com recursos do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento].

Na área da habitação que mudanças mais contribuíram para o crescimento da demanda?

Esta questão independe da Caixa. É uma questão macroeconômica. A retomada da trajetória de expansão da atividade produtiva, vislumbra uma melhoria no panorama da habitação. Nas décadas de 1980 e 1990 houve uma queda de expansão e uma retração na produção interna em diversos setores, como o da indústria têxtil

e o da construção civil. Com a retomada do crescimento, a Caixa decidiu aumentar os recursos disponíveis, que atingiram o valor de R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 8 bilhões disponibilizados para o setor habitacional e mais R\$ 2 bilhões para o de saneamento básico. Deste total R\$ 6 bilhões já foram viabilizados. Caso a atividade econômica continue estabilizada, acreditamos que haverá mais recursos disponíveis para o setor habitacional nos próximos anos. A Caixa vem realizando um esforço de expansão, disponibilizando fundos que visem à produção, mas isso implica ampliação da participação da iniciativa privada, envolvimento de outros agentes e prerrogativas legais que incrementem o setor da construção civil, já que 90% dos financiamentos que realizamos são voltados para este setor.

No campo da tecnologia da informação, que áreas ou serviços com ferramentas podem contribuir para a modernização da gestão pública municipal?

Nós temos um bom desempenho nesse sentido, com a viabilização do PNAGE [Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal]. O que tem de ocorrer é a conscientização dos administradores municipais e estaduais, para que o município possa ser mais pró-ativo, com maior livre arbítrio. O ministério do Planejamento e o Tesouro Nacional estão discutindo a implantação de

novos programas, mas ainda estão em fase de formatação.

A Caixa inaugurou em 2003, a Sala das Prefeituras. O que levou a Entidade a essa iniciativa?

A conscientização dos prefeitos dos pequenos e médios municípios, quanto aos produtos que a Caixa oferece. Muitas vezes eles ficam chocados com a quantidade de recursos que a Caixa destina aos municípios, que vão muito além dos repasses. Os recursos disponíveis podem agilizar a atividade econômica dos municípios. O espaço foi criado para dar ciência do que está disponível para os gestores municipais, de uma forma minimamente agradável. É uma experiência nova e esperamos que todos os municípios, independente de seu tamanho e recursos disponíveis, venham a conhecê-lo, pois nossa intenção é valorizar a relação com os municípios, oferecendo um conhecimento mais aprofundado dos diferentes departamentos e serviços da Caixa.

Em síntese, quais as linhas de financiamento para os municípios?

Há muitas linhas de crédito e financiamento para os municípios como apoio às APL's [Arranjos Produtivos Locais]; linhas de investimento e capital de giro destinados a pessoas físicas e jurídicas [para crédito pessoal] para micro e pequenas empresas. Todo município, de alguma forma,

tem uma vocação potencial ou real e se houver uma política local articulada e que cause impacto, com certeza, vamos passar a valorizar e apoiar essas iniciativas.

A Caixa flexibilizou os cálculos da capacidade de endividamento?

A capacidade de endividamento para os municípios definida pelo Conselho Monetário Nacional, agiliza os processos de concessão de financiamento e análise de risco. A viabilização do Consórcio entre os entes federados, por meio de leis municipais e estaduais, poderá diminuir sua lentidão. A instituição mantém regras e normas que asseguram a transparência, o que permite que as análises de risco, feitas inclusive pela internet [on-line], desde 01 de setembro, para pessoas físicas e 01 de outubro para pessoas jurídicas, otimizem decisões mais rápidas. Os clientes farão cadastros uma única vez e com o crédito pré-aprovado, poderão utilizar todos os produtos disponíveis.

Qual mensagem o senhor deixa para os prefeitos?

Quero chamar atenção para a necessidade de uma relação mais intensa e parcerias eficazes 'com essa velha senhora', que levem a uma maior disponibilidade de recursos da Caixa aos municípios. Que os municípios participem do processo de ida e vinda que a Caixa faz no atendimento aos programas sociais do governo federal. (E.M.)

PSDB é o vencedor no Estado

O Partido da Social Democracia Brasileira saiu vitorioso na maioria das grandes cidades paulistas, totalizando 6,8 milhões de votos

O desempenho do PSDB na maioria das grandes cidades do Estado, com 191 vitórias asseguradas no primeiro turno das eleições municipais, demonstram que o partido saiu fortalecido do embate e segundo o governador paulista Geraldo Alckmin “o partido fincou raízes nos grandes centros de São Paulo, manteve prefeituras importantes e conquistou outras em regiões como o ABC [na Grande São Paulo], onde nunca havíamos obtido vitórias expressivas antes, além de outros triunfos em cidades como São José dos Campos, Franca, Jundiaí e Piracicaba”.

Para o governador o resultado das eleições demonstrou a polarização na disputa política entre o PSDB e o PT (Partido dos Trabalhadores) que deverá, segundo

ele, ocorrer nos próximos anos, em nível nacional. “O PSDB está tendo melhor resultado fora do governo”, avaliou Alckmin. “Daqui em diante vamos ter essa comparação entre os dois partidos e demonstraremos as nossas diferenças, como o respeito pelos princípios da descentralização e da conduta republicana, que não mistura governo com partido”, garantiu o governador.

Além disso, Alckmin considera que cada vez mais o eleitor se conscientiza da importância que o Executivo local exerce sobre a vida dos cidadãos. “O eleitor deixou claro e reconheceu que não há governo que possa oferecer melhor qualidade de vida a ele, do que o local, pois são os prefeitos que conhecem a fundo as carências e as potencialidades de suas cidades”,

acredita o governador.

No Estado 11 cidades terão segundo turno: São Paulo (José Serra/Marta Suplicy); Santo André (João Avamilleno/Newton Brandão); Osasco (Emídio de Souza/Celso Giglio); Ribeirão Preto (Welson Gasparini/Luiz Felipe Baleia); Sorocaba (Vitor Lippi/Caldini Crespo); Santos (Telma de Souza/João Paulo Papa); Diadema (José Augusto da Silva Ramos/José de Filippi Júnior); São José do Rio Preto (Edinho Araújo/Manoel Antunes); Mauá (Márcio Pires/Leonel Damo); Piracicaba (Barjas Negri/Roberto Turchi) e Bauru (José Angerami/Caio Coube).

A seguir, confira a relação dos prefeitos eleitos em primeiro turno, os respectivos partidos e percentuais:

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Prefeito de Barueri

Prefeito de
Santana de
Parnaíba

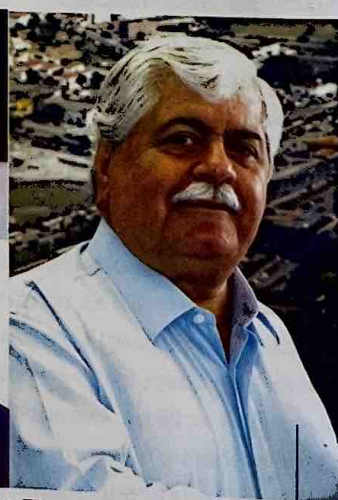
Prefeito de
Carapicuíba



Prefeito de
Mococa



Prefeito de São Bernardo do Campo



Prefeitos Eleitos no Estado de São Paulo

Municípios	Nome	Partido	%*
Adamantina	Kiko Michelin	PFL	31,44
Adolfo	João Boca	PTB	42,71
Agui	Tião	PMDB	42,64
Águas da Prata	Wan	PSDB	50,65
Águas de Lindóia	Eduardo Ambar	PP	35,16
Águas de Santa Bárbara	Professor Carlinhos	PFL	53,36
Águas de São Pedro	Marcelo 'Pato'	PTB	55,38
Agudos	Carlos Octaviani	PMDB	68,35
Alambari	Hudson	PSDB	50,39
Alfredo Marcondes	Odilon-Odilo-Dilo	PTB	50,75
Altair	Dinho	PMDB	53,49
Altinópolis	Dr. Wadis	PV	53,26
Alto Alegre	Daça	PFL	53,48
Aluminio	Tiseo	PFL	67,38
Alvares Florence	Albertinho	PFL	52,62
Alvares Machado	Takashi	PSDB	54,03
Álvaro de Carvalho	Adhemar	PP	51,21
Alvilândia	Elizeu	PP	61,84
Americana	Erich	PDT	39,83
Américo Brasiliense	Neusa Dotoli	PSL	48,35
Américo de Campos	Cesar Gil	PL	54,20
Amparo	Cesar Pagan	PT	45,78
Anailândia	Beto Perin	PFL	67,87
Andradina	Ernesto Silva	PPS	53,25
Angatuba	Emilio	PMDB	50,97
Anhembi	Ruy Ferreira	PMDB	52,40
Anhumas	Pituca-Edmo	PTB	68,41
Aparecida	Zé Louquinho	PFL	47,65
Aparecida D'Oeste	Dr. José	PTB	58,58
Apiaí	Donizete	PMDB	52,68
Araçatuba	Carlos Aimar	PFL	50,33
Araçatuba	Jorge Maluly Neto	PFL	35,95
Araçoiaba da Serra	João Franklin	PTB	41,31
Aramina	Marcos Rosin	PSDB	64,13
Aranã	Paulo Cidoca	PTB	45,30
Arapeí	Geraldinho	PMDB	49,53
Araquara	Edinho Silva	PT	50,57
Aranas	Meneghetti	PPS	45,60
Arco Íris	José Luis da Silva	PTB	52,11
Arealva	Paulo Padoasque	PSDB	50,91
Areias	João Patinho	PV	55,10
Areiopolis	Peixeiro	PT	70,00
Arianha	Joamir	PTB	52,85
Artur Nogueira	Marcelo Capelini	PT	41,04
Arujá	Genesisio	PMDB	44,26
Aspásia	Lia do Bar	PSDB	54,68
Assis	Dr. Ezio	PFL	36,56
Atibaia	Beto Tricoli	PV	53,23
Auriflama	Prego	PT	61,53
Avaí	Paulo Sergio	PSDB	41,16
Avanhandava	Gino	PFL	50,80
Avaré	Joselyr	PL	55,62
Bady Basait	Dr. Ailton	PSDB	53,37
Balbino	Ed Carlos Marin	PSDB	58,22
Baranã	Mirian Bruno	PP	55,42
Barbosa	Mario da Papinha	PFL	37,63
Bariri	Beto Leoni	PSDB	56,80
Barra Bonita	Dimas	PSDB	35,34
Barra do Chapéu	Anunciata	PSDB	57,52
Barra do Turvo	Edinho	PFL	52,90
Barretos	Dr. Emanuel	PPS	33,86
Barrinha	Said	PMDB	43,18
Barueri	Furlan	PPS	78,67

Municípios	Nome	Partido	%*
Barão de Antonina	Chico Neres	PT	58,32
Bastos	Tubinho	PDT	36,98
Baratais	Zé Luis	PDT	54,04
Bebedouro	Hélio Bastos	PMDB	36,70
Bento de Abreu	Terezinha	PSDB	64,74
Bernardino de campos	Moacir Beneti	PTB	44,78
Bertioga	Dr. Lairton	PL	54,72
Bilac	Beto	PSDB	56,56
Birigui	Borini	PMDB	33,47
Bititiba-Mirim	Jacaré	PSDB	77,54
Boa Esperança do Sul	Antonio Nelson	PMDB	56,75
Bocaina	Kiko	PV	51,10
Bofete	José Carlos Roder	PSDB	51,63
Boituva	Assunta Labronici	PSDC	42,50
Bom Jesus dos Perdões	Calé	PP	55,60
Bom Sucesso de Itararé	Candida do Zé Pedro	PMDB	56,24
Boracéia	Dirceu Massucato	PDT	100,00
Borborema	Junior Turco	PT	30,48
Borebi	Luiz Finoti	PTB	64,31
Boré	Nelson	PSDB	51,53
Botucatu	Ielo	PT	76,40
Bragança Paulista	Jesus Chedid	PFL	40,51
Braúna	Heitor	PV	55,54
Brejo Alegre	Pedro Castilho	PV	43,48
Brodowski	José Fabbri	PTB	47,21
Brotas	Du Barreto	PSDB	58,15
Buri	Jorge da Laura	PPS	61,96
Butima	Dr. Messias	PTB	47,91
Buritizal	Antonio Delefrata	PMDB	50,23
Bálsamo	José Solar Pantano	PSB	61,14
Cabrália Paulista	Jacinto Zanoni Filho	PSB	29,41
Cabreúva	Claudio	PMDB	50,55
Caçapava	Vilela 25	PFL	63,44
Cachoeira Paulista	Fabiano Vieira	PSDB	39,41
Caconde	Ferdin	PSDB	55,65
Cafelândia	Nene Gazoto	PT	57,27
Caieabu	Jurandir	PFL	34,70
Caieiras	Nevio Datora	PSDB	71,90
Caiua	Paulinho Boi	PDT	48,90
Cajamar	Messias	PPS	63,09
Cajati	Marino	PMDB	43,91
Cajobi	Dora Sandrini	PTB	53,31
Cajuru	João Ruggeri	PP	55,15
Campina do Monte Alegre	Zé Dito	PSDB	43,71
Campo Limpo Paulista	Dr. Armando	PSDB	42,60
Campos do Jordão	Dr. João Paulo	PMDB	48,93
Campos Novos Paulistas	Carmen	PSDB	54,37
Cananéia	Gera	PMDB	51,34
Canas	Valderez	PTB	62,47
Candida Mota	Robertão	PHS	39,80
Candido Rodrigues	Carneiro	PDT	46,00
Canitar	Anibinha	PTB	72,50
Capão Bonito	Junior Tallarico	PTB	53,70
Capela do Alto	Ubirajara	PSDB	55,22
Capivari	Carlos Borsari	PDT	53,02
Caragatatuba	Aguilar	PSDB	62,73
Carapicuíba	Fuad	PSDB	82,06
Cardoso	Tereza	PSDB	41,97
Casa Branca	Dr. Sokandar	PP	51,44
Castilho	Joni	PSDB	55,45
Catanduva	Afonso Macchione	PSDB	47,24
Catigua	Vera	PPS	61,50
Cedral	Alexandre	PMDB	46,02

Prefeitos Eleitos no Estado de São Paulo

Municípios	Nome	Partido	%*
Cerqueira Cesar	Dinceu Zoloti	PSDB	43,20
Derquiho	Aldo Santos	PTB	48,10
Cesário Lange	Elbio Trevisan	PDT	51,25
Charqueada	Helinho	PFL	70,68
Chavantes	Padre Luis Severino	PP	30,67
Clementina	Nelsão	PP	51,78
Colina	Dieb	PMDB	66,41
Colômbia	Fabinho	PP	51,07
Conchal	Valdeci	PFL	49,76
Cordeirópolis	Féio	PPS	55,07
Coroados	Arso Varoni	PFL	52,98
Coronel Macedo	Ico Tonon	PL	62,93
Corumbatai	Vane	PSDB	44,67
Cosmópolis	Pivatto	PT	55,46
Cosmorama	Edivaldo Panini	PDT	47,08
Cotia	Quinzinho	PSDB	39,66
Cravinhos	Boi	PSDB	73,91
Cristais Paulistas	Hello Kondo	PMDB	34,11
Cruzeiro	Celso Lage	PMDB	43,23
Cruzália	Alceu Vidotti	PFL	58,32
Cubatão	Dr. Clermont	PL	56,26
Cunha	Zé Monteiro	PFL	54,15
Descalvado	Calza	PSDB	50,99
Dinca Reis	Dunga	PSDB	50,76
Divinolândia	Dr. Junior	PL	52,72
Dobrada	Tinho	PT	54,60
Dois Córregos	Buchinha	PSDB	50,46
Dolcinópolis	Onivaldo Batista	PSDB	50,37
Dourado	Dr. Edmur	PT	37,49
Dracena	Junior Stelato	PSDB	43,15
Duartina	Enio Simão	PFL	79,74
Dumont	Raquinho	PSDB	73,41
Echaporã	Edusque	PPS	63,53
Eldorado	Eloi Fouquet	PSDB	72,00
Elias Fausto	Dude	PSDB	40,00
Elisiário	Rubão	PSDB	55,46
Embaúba	Mineiro	PSDB	50,00
Embu	Geraldo Cruz	PT	54,26
Embu-Guaçu	Walter do Posto	PTB	41,91
Emilianópolis	Chico Bresque	PTB	57,70
Engenheiro Coelho	Mariano	PMDB	42,07
Espírito Santo do Pinhal	Paulo Klinger Costa	PP	46,50
Espírito Santo do Turvo	Luciana	PT	51,96
Estiva Gerbi	José Carlos Silva	PMDB	56,99
Estrela do Norte	Dehon Aparecido	PL	50,85
Estrela D'Oeste	Pedro Itiro	PP	51,65
Euclides da Cunha Paulista	Gilberto	PPS	36,07
Fartura	Zé da Costa	PFL	51,58
Fernando Prestes	Junior Luchetti	PSDB	51,83
Fernandópolis	Rui Okuma	PP	35,48
Fernão	Paulo da Barra	PMDB	71,29
Ferreira de Vasconcelos	Dr. Jorge	PSB	29,56
Flora Rica	Nelson	PFL	51,38
Floral	Gilberto de Grandi	PFL	61,96
Florínia	Valter Gervazioni	PFL	51,99
Flórida Paulista	Gerson Ferracini	PMDB	68,01
Franca	Sidnei Rocha	PSDB	36,91
Francisco Morato	Dra. Andrea	PSDB	47,62
Franco da Rocha	Marcio Cecchetti	PSDB	37,68
Gabriel Monteiro	Miguel	PFL	50,90
Gália	Ermanno	PSDB	53,22
Garça	Faneco	PSDB	48,25
Gestão Vidigal	Valdecir Chicada	PSDB	36,37

Municípios	Nome	Partido	%*
Gavião Peixoto	Alexandre Marucci	PV	48,44
General Salgado	Katiazão	PTB	43,07
Getulina	Rogério Motello	PSDB	52,94
Glicério	Eneas	PMDB	53,41
Guaciana	Vadinho	PTB	36,66
Guaimbe	Seisu	PSB	45,66
Guaira	Sergio de Mello	PT	40,37
Guapiaçu	Alcides Bega	PSDB	47,37
Guapiaçara	Flavio	PSDB	55,91
Guara	Marco Aurélio	PSDB	68,27
Guaraçai	Alceu Caetano	PTB	55,36
Guaraci	Jorge Levi	PFL	70,21
Guarani D'Oeste	Marco Cabloco	PT	57,14
Guaranta	Claudio J. da Trindade	PMDB	52,77
Guararapes	Tarek Dargham	PL	63,09
Guararema	André	PFL	55,71
Guaratinguetá	Junior Filippo	PFL	25,13
Guareí	Zé Neves	PMDB	37,45
Guariba	Caseri	PTB	58,39
Guarujá	Farid Madi	PDT	40,77
Guarulhos	Elói Pietá	PT	53,58
Guatapara	Esdras	PSDB	55,04
Guzolândia	Junior do Ant. Pequeno	PSDB	56,72
Herculândia	Adorno	PSDB	59,234
Holambra	Celso Capato	PFL	67,19
Hortolândia	Perugini	PT	65,03
Iacanga	Boiani	PSDB	63,51
Iacri	Fram	PFL	51,42
Iaras	Araújo	PTB	52,47
Ibate	Zé Pamella	PC do B	38,70
Ibira	Marcio	PFL	53,55
Ibirarema	Dr. Waldimir	PSDB	52,23
Ibitinga	Florisvaldo	PSDB	50,56
Ibiuna	Fabio Bello	PTB	43,06
Icem	Dr. Nascimento	PPS	55,98
Iepe	Faia	PPS	49,12
Igarapé do Tietê	Guilherme Fernandes	PSDB	62,14
Igarapava	Dr. Francisco Molina	PAN	36,96
Igarata	Zé Prianti	PSDB	40,21
Iguape	Prof. Anivaldo	PMDB	45,92
Ilha Comprida	Marcio Ragni	PSDB	67,98
Ilha Solteira	Odileia	PSL	62,21
Ilhabela	Manoel M. / Mané	PTB	63,75
Idaiatuba	José Onério	PDT	40,25
Idiana	Robe	PSDB	58,27
Indiaporã	Ricardo Rocha	PSDB	48,99
Inubia Paulista	Wladimir	PFL	54,47
Ipaçu	Cruca	PSDB	76,71
Ipero	Marco da Casquinha	PSDB	54,30
Ipeuna	Marco Bueno	PSDB	50,60
Ipigua	Getúlio	PPS	47,28
Iporanga	Gulu	PMDB	65,14
Ipuá	Itamar Romoaldo	PPS	47,16
Itacemópolis	Fabio Zuza	PSDB	68,32
Itapúa	Leila	PSB	55,36
Itapuru	Tonho	PPS	61,61
Itaberá	Nilce	PFL	37,35
Itai	Valdir Diana	PFL	50,38
Itajobi	Catia R. Borsil Cardoso	PP	44,42
Itaju	Fatima T. Guimarães	PSDB	59,37
Itanhaém	Forssell	PSDB	52,32
Itaoca	Alolzio	PFL	67,49
Itapeirica da Serra	Jorge Costa	PMDB	48,97

Municípios	Nome	Partido	% *
Itapetininga	Roberto Ramalho	PMDB	56,51
Itapeva	Luiz Cavani	PT	50,89
Itapevi	Dra Ruth	PPS	47,80
Itapira	Toninho Bellini	PV	67,27
Itapirapuá Paulista	Gonzaga	PT	54,31
Itapolis	Major Zitelli	PSDB	53,33
Itaporanga	Hernani	PHS	65,14
Itapui	Pancho	PPS	43,54
Itapura	Fernando Chaves	PPS	45,59
Itaquaquecetuba	Armando da Farmácia	PL	40,08
Itararé	João Fadeu	PSDB	43,36
Itariri	Daniel Silva	PP	57,01
Itatiba	Fumech	PMDB	29,2
Itatinga	Aristeu	PSDB	54,32
Itapirina	Arnoldo	PSDB	51,53
Itasotú	Marcão e Sebastião	PMDB	54,45
Itobi	Tadeu dos Santos	PMDB	39,74
Itu	Herculano Jr	PV	45,04
Itupeva	Ocimar Polli	PMDB	47,17
Ituverava	Matsubara	PSDB	43,79
Jaborandi	Tijolinho	PMDB	54,47
Jaboticabal	Hori	PPS	46,18
Jacarei	Marco Aurélio	PT	44,96
Jacú	Marcinho da Padaria	PPS	50,44
Jacupiranga	Prof Jessé	PT	41,84
Jaguariuna	Tarcísio	PTB	67,68
Jales	Parini	PT	36,36
Jarandier	Casquinha	PV	44,62
Jardina	Paulinho Bururu	PT	46,74
Jardinópolis	Mano Reis-Cebola	PP	42,98
Jarinu	Vanderlei	PSDB	52,18
Jatui	João Zanzovo	PSDB	50,47
Jatuiú	Alexandre	PFL	57,07
Joaquimópolis	Zé Costa	PMDB	55,66
João Ramalho	José Zezé Rodrigues	PSDB	100
Jose Bonifácio	Celso Gaúcho	PP	51,18
Julio Mesquita	Zé da Carne	PFL	57,94
Jumirim	Darci Schiavi	PMDB	51,27
Jundiaí	Ary Fossen	PSDB	51,49
Junqueirópolis	Osmar Pinatto	PSDB	54,13
Juquá	Quinco Soares	PMDB	27,83
Juquitiba	Roberto Rocha	PSDB	39,83
Lagoinha	Zé Galvão	PSDB	50,3
Lambari Paulista	Roberto Fuglini	PFL	39,17
Laminhas	Marina Lozano	PT	51,64
Larvina	Salvador Matsunaka	PSDB	57,2
Leme	Dr Macarenko	PTB	44,51
Leopoldo Paulista	Marise	PSDB	57,46
Limeira	Silvio Félix	PDT	41,59
Lins	Elcio	PPS	61,3
Lorena	Casadei	PMDB	47,58
Lourdes	Dr Paulo Neme	PTB	48,72
Louveira	Odécio Rod. Da Silva	PSDB	53,8
Lucasópolis	Dr Eleotério	PSDB	50,09
Lucélia	Canelinha	PT	59,39
Luzânia	João Pedro	PT	60,41
Luziânia	Nivalda	PTB	51,35
Luziânia	Abilio Kempe	PMDB	52,05
Luziânia	Evaldo Barquilha	PFL	60,29
Macatuba	Dr Izaias	PSDB	59,48
Macatuba	Dr Coolidge	PMDB	61,44
Macatuba	Mamão	PMDB	34,26
Macatuba	Moacyr	PTB	53,22

Municípios	Nome	Partido	% *
Magda	Dui Cazelli	PMDB	45,43
Mairinque	Denys	PTB	41,32
Mairipora	Aiacyda	PSDB	48,47
Manduri	José Henrique	PL	48,3
Marabá Paulista	Zezão	PL	42,64
Maracá	Beto	PFL	52,65
Marapuama	Lourenço	PTB	100
Marinópolis	Valter Marquesini	PPS	69,73
Mariópolis	Zé Vené	PSDB	58,4
Maritópolis	Tonho	PSDB	55,22
Marília	Prof Mário Bugareli	PSDB	41,35
Mataão	Adalto	PT	36,19
Mendonça	Cyozí	PP	53,77
Meridiano	Torrente	PTB	44,97
Mesópolis	Tavinho	PTB	51,58
Miguelópolis	Cristiano	PSDB	56,64
Mineiros do Tieta	Sabalne	PTB	48,27
Miracatu	Macarrão	PL	100
Miracatu	Miyoji	PSDB	57,48
Miracatu	Jose Antonio	PFL	46
Miracatu	Coelho	PL	43,23
Miracatu	Terezinha Lima	PDT	57,34
Miracatu	Cido Espanha	PMN	83,59
Miracatu	Hélio M. Bueno	PMDB	44,11
Miracatu	Junji	PSDB	55,39
Miracatu	Carlos Nelson	PDT	60,48
Miracatu	Marcão Poletti	PFL	61,43
Miracatu	Prof Artur	PSDB	48,86
Monte Alegre do Sul	Vanderlei Brolesi	PMDB	37,11
Monte Alto	Prof Gilberto Morgado	PT	27,13
Monte Aprazível	Wanderley Sant'anna	PTB	42,97
Monte Azul Paulista	Jackson Plaza (Kitão)	PTB	43,58
Monte Castelo	Odair Silis	PMDB	59,15
Monte Mor	Rodrigo Maia	PSDB	53,79
Monteiro Lobato	João Bueno	PMDB	36,74
Monções	Tola	PMDB	100
Morro Agudo	Gilberto Barbetti	PT	56,19
Morungaba	Luvaldo	PTB	57,18
Motuca	Mirtão	PSDB	43,2
Murutinga do Sul	Gilson	PL	61,76
Nantes	Marcos	PTB	49,56
Narandiba	Gabriel	PT	51,72
Natividade da Serra	João Carvalho	PPS	34,43
Nazaré Paulista	Nene Pinheiro	PFL	55,85
Neves Paulista	Tavinho	PFL	64,53
Nhandeara	Nelson Magalhães	PSDB	37,64
Nipoa	Boca	PTB	41,22
Nova Aliança	Gusto Fajan	PSDB	52,7
Nova Campina	Laise	PTB	87,43
Nova Canaã Paulista	Carlão	PSDB	59,3
Nova Castilho	Roberto Lopes	PSDB	55,39
Nova Europa	Cacheta	PSDB	54,43
Nova Granada	Padre Cido	PT	53,38
Nova Guataporanga	Pulú	PSDB	65,55
Nova Independência	Valdemir Joanini	PTB	83,98
Nova Luzitânia	Laerte	PSDB	72,76
Nova Odessa	Manoel Samartin	PDT	43,97
Novais	Silvio Bulle	PL	54,62
Novo Horizonte	Toyota	PPS	59,96
Nuporanga	Tidinho	PTB	35,69
Ocauçu	Ézio	PFL	50,17
Óleo	Rubinho	PSB	62,41
Olimpia	Dr Carneiro	PMDB	39,56

Prefeitos Eleitos no Estado de São Paulo

Municípios	Nome	Partido	%*
Onda Verde	João Batata	PTB	53.95
Orizete	Toninho Mons	PL	47.90
Orindiúva	Darlei	PMDB	55.13
Orlândia	Vado	PSDB	64.42
Oscar Bressane	João Antonio	PFL	63.24
Osvaldo Cruz	Pigozzi	PV	50.73
Ourinhos	Toshio	PSDB	42.95
Ouro Verde	Almarindo da Silva	PSDB	53.50
Ouroeste	Pinhel	PTB	58.03
Pacaembu	Paulo Toda	PTB	49.38
Palestina	Ugilton	PMDB	39.98
Palmares Paulista	Dito Sant'anna	PFL	47.87
Palmeira D'Oeste	Pezão Montanari	PL	43.76
Palmital	Nardão	PL	53.23
Panorama	Ting	PSDB	47.69
Paraguçu Paulista	Arruda	PSDB	48.95
Paraibuna	Loureiro	PSDB	46.00
Paraiso	Gilberto Galbeiro	PP	52.37
Paranapanema	João Carlos Menck	PMDB	56.53
Paranapuã	Caju e Claudio Pereira	PT	56.65
Parapuã	Toninho	PRP	46.00
Pardinho	Francisco Rocha (Fião)	PL	38.18
Parquera-Açu	Zildo	PSL	66.87
Parisi	Ivo dos Santos	PFL	58.23
Petropolis Paulista	Dr. Mauro	PT	55.28
Paulicéia	Roni	PSDB	53.77
Paulinia	Edson Moura	PMDB	69.10
Paulistânia	Hélio	PMDB	64.45
Paulo de Faria	Luís Desidério	PSDB	44.28
Pedernheiras	Ivana B. Camarinha	PV	55.79
Pedra Bela	Zé Ronaldo	PSDB	60.65
Pedranópolis	Sá	PSDB	52.67
Pedregulho	Dirceu Polo	PSDB	50.41
Pedreira	Hamilton	PSB	67.01
Pedrinhas Paulista	Giacomo Di Raimo	PSDB	51.03
Pedro de Toledo	Polaco	PTB	75.19
Penápolis	João Luís	PT	50.00
Pereira Barreto	Dagoberto	PSDB	51.52
Pereiras	Flavio Paschoal	PFL	47.83
Peruibe	Zé Preto	PTB	51.42
Piacatu	Garrutti	PFL	57.16
Piedade	Tadeu	PSDB	42.02
Pilar do Sul	Luís Henrique	PSDB	69.32
Pindamonhangaba	João Ribeiro	PPS	66.55
Pindorama	Nelson Trabuco	PFL	38.68
Pinhazinho	Dito Danella	PSDB	29.65
Piquerobi	Zé Adivaldo	PSDB	53.41
Piquete	Otacílio	PMDB	53.55
Piracaia	Dona Terezinha	PMDB	40.96
Piracununga	Ademir Lindo	PSDB	56.30
Piraju	Chico Pipoca	PP	40.97
Pirajui	Neguinho	PMDB	61.33
Pirangi	Luís da Auto Escola	PSDB	43.23
Pirapora do Bom Jesus	Raul	PSDB	62.16
Pirapozinho	Sérgio Pinaffi	PTB	41.45
Piratininga	Mauro Martinão	PSDB	52.92
Pitangueiras	Prof. Diro	PT	45.74
Planalto	Silvinho	PSDB	60.66
Platina	Donizete Ferreira	PMDB	43.29
Poá	Roberto Marques	PTB	29.04
Poloni	Zequinha	PSB	50.89
Pompéia	Vinho	PMDB	73.94
Pongai	Navarro	PPS	56.12

Municípios	Nome	Partido	%*
Pontal	Garnica	PTB	67.08
Pontalinda	Guadão	PMDB	55.54
Pontes Gestal	Cirão	PSDB	54.52
Populina	Regina	PP	53.97
Porangaba	Dito Machado	PSDB	50.41
Porto Feliz	Maffei	PT	40.39
Porto Ferreira	Dr. Mauricio	PT	36.22
Potim	Gilberto do Carmo	PTB	34.17
Potirendaba	Dr. Carlos	PP	54.68
Praia Grande	Jair	PMDB	58.06
Pradópolis	Nê da Prefeitura	PSDB	57.54
Praia Grande	Mourão	PSDB	70.07
Pratânia	Ninão Vieira	PL	47.54
Presidente Alves	Sandra Solauzer	PT	49.8
Presidente Bernardes	Dr. Hélio	PFL	53.55
Presidente Epitácio	Dr. Furlan	PL	39.31
Presidente Prudente	Agripino Lima	PTB	55.13
Presidente Venceslau	Osvaldo Melo	PT	42.89
Promissão	Geraldo	PV	46.84
Quadra	Oscar Dias	PSDB	46.37
Quatá	Marcelo Pecchio	PDT	37.65
Queiroz	Cesar	PSDB	60.79
Queluz	Marinho	PSDB	45.72
Quintana	Ulisses Licório	PMDB	100.00
Rafard	Dr. Vicente	PDT	61.51
Rancharia	Iéia	PSDB	47.38
Redenção da Serra	Thomaz	PSDB	51.46
Rejente Feijó	Marco Rocha	PTB	63.25
Reginópolis	Dr. Claudio	PSDB	50.80
Registro	Clóvis	PMDB	56.74
Restinga	Amerildo	PMDB	52.66
Ribeira	Jonas Batista	PSDB	55.90
Ribeirão Bonito	Rubinho	PPS	62.94
Ribeirão Branco	Sandro Sala	PT	100.00
Ribeirão Corrente	Ailton Luis Montanher	PT	52.58
Ribeirão Grande	Prof. Eliana dos Santos	PSDB	62.66
Ribeirão Pires	Clóvis Volpi	PV	37.86
Ribeirão do Sul	Carlão	PSB	44.89
Ribeirão dos Índios	Zé Mauri	PFL	100.00
Rifaina	Hugo	PMDB	51.32
Rincão	Therézinha Servidão	PSDB	45.45
Rinópolis	Toninho Reis	PSDB	69.74
Rio Claro	Nevoeiro Jr	PFL	51.49
Rio Grande da Serra	Kiko	PSDB	48.34
Rio das Pedras	Marquinho do Cartório	PSB	42.27
Riolândia	Lila	PSB	68.62
Riversul	Marcelino	PHS	48.88
Rosana	Dr. Álvaro	PSDB	85.06
Roseira	Marcos Galvão	PPS	61.92
Rubiaceia	Wilson	PMDB	76.89
Rubineia	Cidão	PMDB	100.00
Sabino	Gilmar	PSDB	62.25
Sagres	Juninho	PSDB	58.00
Sales	Ni Baiano	PFL	54.37
Sales Oliveira	João da Ida	PT	52.06
Salesópolis	Rafael	PL	32.85
Salmoreão	Sandra Parra	PFL	52.79
Saltinho	Wandinho	PPS	45.01
Salto	Geraldo Garcia	PDT	57.89
Salto Grande	Wal	PMDB	62.23
Salto de Pirapora	Joel Haddad	PDT	47.91
Sandovalina	Divaldo	PMDB	54.69
Santa Adélia	Lalo	PMDB	53.36

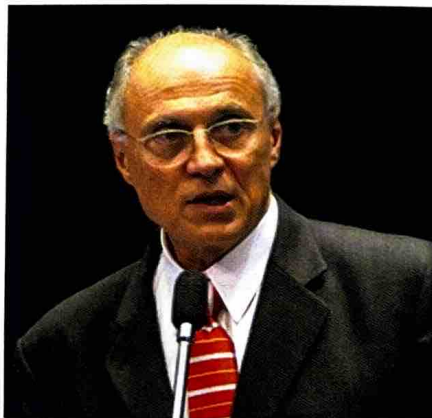
Municípios	Nome	Partido	%*
Santa Albertina	Tal	PMDB	54.04
Santa Branca	Filinho	PP	31.03
Santa Bárbara D'Oeste	Zé Maria	PSDB	42.63
Santa Clara D'Oeste	Gabriel Molina	PL	57.2
Santa C. da Conceição	Jair	PSDB	59.5
Santa Cruz da Espinosa	Carinha	PSDB	49.24
Santa Cruz das Palmeiras	Dr Gilcimar	PT	66.57
Santa Cruz do Rio Pardo	Mira	PSDB	48.66
Santa Ernestina	José C. Simão (Dedé)	PTB	48.72
Santa Fé do Sul	Itamar	PMDB	50.86
Santa Gertrudes	Valtimir	PMDB	50.46
Santa Isabel	Hélio Buscarioli	PSDB	59.56
Santa Lúcia	Júnior da Farmácia	PHS	64.59
Santa Maria da Serra	Ercílio Mariano	PSDB	55.03
Santa Mercedes	Sorita	PFL	53.68
Santa Rita D'Oeste	João Lujan	PSDB	50.6
Santa R. do Passa Quatro	Dr Mauro	PFL	51.99
Santa Rita de Viterbo	Nando	PSDB	46.41
Santa Salete	Mané Rissato	PFL	56.01
Santana da Ponte Pensa	Tião Ortega	PTB	50.83
Santana de Parnaíba	Benedito Fernandes	PFL	85.04
Santo Anastácio	Roberto Volpe	PMDB	55.94
Santo Ant. da Alegria	João Batista Matus	PPS	59.17
Santo Ant. da Posse	Bertinho da Grimaldi	PPS	69.19
Santo Ant. do Aracanguá	Robertinho	PSDB	50.51
Santo Ant. do Jardim	Luiz Cláudio	PFL	53.58
Santo Ant. do Pinhal	Augusto Pereira	PT	55.62
Santo Expedito	Moisés	PSDB	51.59
Santópolis do Aguapeí	Loi	PP	54.55
São Bento do Sapucaí	Osmar Marise	PFL	39
São Bernardo do Campo	Dr Dib	PSB	76.37
São Caetano do Sul	Auricchio	PTB	46.43
São Carlos	Niilton Lima	PT	42.84
São Francisco	Natanael Valera	PFL	64.61
São J. Joaquim da Barra	Maria Helena	PT	49.01
São José da Bela Vista	Wilson Ferracioli	PTB	36.02
São José do Barreiro	Paulo Patrício	PFL	45.68
São José do Rio Pardo	João Santurbano	PSDB	59.41
São José dos Campos	Eduardo Cury	PSDB	57.65
São João da Boa Vista	Nelson Nicolau	PMDB	50.29
São João de Piracema	David	PPS	100
São João do Pau D'Alho	Dinael	PSDB	60.45
São Lourenço da Serra	Zé da Teresa	PL	38.18
São Luís do Pinetings	Danilo Mikilim	PSDB	55.27
São Manuel	Flavinho Silva	PSB	62.74
São Miguel Arcanjo	Celso Mossin	PSDB	40.67
São Pedro	Du Modesto	PSDB	57.54
São Pedro do Turvo	Nenê	PSC	35.85
São Roque	Afaneu	PSDB	62.15
São Sebastião	Dr Juan	PPS	48.44
São Sebastião da Gramma	Emílio Bizon	PPS	100.00
São Vicente	Celso	PSDB	50.11
Santópolis	Engenheiro Tércio	PSB	82.69
Santópolis do Sul	Zé do Mito	PMDB	41.20
Santa Eulá	Isner	PSDB	54.77
Santa Helena	Tonho Abreu	PFL	51.82
Santa Inês	Wilson	PSDB	55.02
Santa Rita	Paulinho Sochett	PPS	55.47
Santa Rita do Sul	Valério	PT	35.12
Santa Rita do Sul	Zacarias Ginez	PSDB	52.68
Santa Rita do Sul	Miko Kabata	PFL	44.94
Santa Rita do Sul	Dr Camacho	PSDB	41.16
Santa Rita do Sul	Edson Mota	PL	60.43

Municípios	Nome	Partido	%*
Socorro	Zé Mario	PSDB	35.93
Sud Menucci	Celso Junqueira	PSDB	52.64
Sumaré	Prof Bacchim	PT	43.46
Suzano	Marcelo Candido	PT	48.2
Suzanópolis	Octaviano Ribeiro	PFL	50.65
Tabapuã	Jamil	PSDB	50.57
Tabatinga	José Luis Quarteiro	PSB	61.9
Taobão da Serra	Dr. Evlácio	PSB	58.9
Taciba	Eli	PP	49
Taguaí	Jair Carniato	PTB	50.46
Taiapu	Sueli Biancardi	PL	38.44
Taiuva	Leandro Batista	PP	54.03
Tambá	Toninho Agassi	PFL	45.94
Tanabi	Zé Francisco	PDT	53.28
Tapiraí	Alvino	PSDB	69.75
Tapiratiba	João Carlos	PSDB	62.62
Taquaral	Laércio V. Scamaral	PSDB	41.77
Taquaritinga	Paulinho Delegado	PFL	49.37
Taquerituba	Itavico Dognani	PSDB	50.86
Taquerivaí	Cecé	PSDB	47.1
Tarabaí	Elias	PSDB	52.05
Tarumã	Oscar Gozzi	PFL	66.12
Tatuí	Gonzaga	PSDB	58.44
Taubaté	Roberto Peixoto	PSDB	49.43
Tejupá	Valtinho Boranelli	PSDB	54
Teodoro Sampaio	Paulão	PSDB	55.37
Terra Roxa	Samir	PMDB	54.25
Tietê	Basílio	PMDB	55.92
Timburi	Paulinho	PTB	70.69
Torre de Pedra	Nilton Pinto	PL	65
Torrinha	Dr. Ivanildo	PFL	38.3
Trabiju	Juca	PMDB	42.57
Tremembé	José Antonio	PV	27.35
Três Fronteiras	Deraldo	PSDB	52.48
Tuiuti	Paulo Henrique	PFL	54.24
Tupã	Waldemir da Camap	PSDB	63.40
Tupi Paulista	Osvaldinho Benetti	PFL	54.51
Tunuba	Silvânia	PMDB	60.69
Turmalina	Israel Costa - Teté	PMDB	59.51
Ubarana	Chiquinho Narabau	PSDB	40.43
Ubatuba	Eduardo Cesar	PL	30.45
Ubirajara	Zica	PL	63.13
Uchôa	Dr. Marcos	PSDB	33.56
União Paulista	Waldecir Soligo Lopes	PTB	54.83
Urânia	Prof Joaquim	PMDB	49.67
Uru	Joãozinho Veronazi	PSDB	56.87
Urupês	Jaime de Matos	PSDB	82.08
Valentim Gentil	Liberato	PP	64.25
Valinhos	Marcos	PMDB	56.57
Valparaíso	Antonio Barbosa	PL	50.34
Vargem	Paulo Chede	PFL	67.38
Vargem Grande do Sul	Celso Ribeiro	PSDB	72.83
Vargem Grande Paulista	Roque de Moraes	PSDB	42.82
Várzea Paulista	Prof. Eduardo do PT	PT	54.59
Vera Cruz	Vino	PT	46.36
Vinhedo	Kalu	PL	47.93
Vinadouro	Zé Lopes	PMDB	50.17
Vista Alegre do Alto	Antonio Fiorani	PP	58.13
Vitória Brasil	Eliane	PTB	54.89
Votorantim	Jair Cassola	PDT	53.86
Votuporanga	Carlito	PSDB	79.88
Zacarias	Laurenço Zacarias	PT	60.89

* Fotos válidas - Fonte: TSE

Um bonito desafio para os prefeitos

Prefeitos que forem eleitos devem concentrar seus esforços para instituir nos municípios a renda básica de cidadania



JANE DE ARAÚJO/AC SENADO

Suplicy quer que novas administrações implantem renda básica de cidadania

Aproveito a oportunidade do convite da Associação Paulista de Municípios, para propor um lindo desafio a todos os prefeitos e vereadores que exercerão seus mandatos no período de 2005/2008. O de concentrar os seus esforços com os governos federal e estadual para instituir exemplarmente em seus municípios a renda Básica de Cidadania.

Será isto possível? Claro, pois em dezembro de 2003, o Congresso Nacional aprovou a lei que institui a Renda Básica de Cidadania, a qual será implantada gradulamente, a partir de 2005, começando pelos mais necessitados, até que se atinja a todos os brasileiros. Ou seja, quando plenamente

instituído, toda pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condições civil ou mesmo socioeconômica, terá o direito de receber uma modesta renda, na medida do possível suficiente para atender suas necessidades básicas, que crescerá com o progresso do País. A renda básica será igual para todos. Até para os mais ricos? Sim. Obviamente os que têm mais estarão colaborando mais, para que eles próprios e todos os demais venham a recebê-la.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Renda Básica de Cidadania, em 08 de janeiro de 2004. O ministro Patrus Ananias e a secretária-executiva do ministério do Desenvolvimento Social, Ana Fonseca, têm a compreensão clara de que o atual programa Bolsa Família é o início da Renda Básica de Cidadania.

Quais as vantagens de se pagar a todos:

1) Elimina-se a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha nos mercados formal e informal, para efeito de se saber quem pode receber aquela renda;

2) Extingue-se qualquer sentimento de estigma de a pessoa precisar dizer “eu só recebo tanto, por isso devo receber tal complemento de renda”;

3) Do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, será muito melhor para cada pessoa saber que nos próximos 12 meses, e daí para frente a cada ano, ela e cada pessoa na sua família terá o direito de receber aquela renda, como direito de todos participarem da riqueza da Nação.

Da mesma maneira como tantos municípios estão hoje entrosados com o governo da União para instituir o Bolsa Família que, em julho de 2004, já atingiu 4,5 milhões de famílias, até 2006, deverá atingir 11,4 milhões de brasileiros, será perfeitamente possível continuar este entrosamento para, até 2008, transformar o Bolsa Família em Renda Básica de Cidadania para todos os municípios e, assim, a todos os brasileiros e, inclusive aos estrangeiros residentes no Brasil há mais de cinco anos ou mais, como estabelece a lei.

Coloco-me à disposição de todos os prefeitos para ajudá-los nesta empreitada que proporcionará maior dignidade e real liberdade a todos.

Eduardo Matarazzo Suplicy é senador eleito pelo PT (Partido dos Trabalhadores).
e-mail: eduardo.suplicy@senador.gov.br
tel.: (61) 311-2817

O
>
i
>

ERA WIRELESS: O FUTURO NA PALMA DA MÃO

A telefonia móvel é um dos serviços de telecomunicações que mais cresce no mundo. De acordo com estimativa da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o número de assinantes de telefonia móvel cresceu de 16 milhões, em 1991, para 1,3 bilhão, em 2003. Além de voz, o celular se aplica a outros serviços, como transmissão de dados.

No Brasil, em agosto de 2003, o número de telefones celulares em operação ultrapassou o de telefones fixos. Eram, então, 40,09 milhões de celulares e 39,10 milhões de fixos instalados. Em 2003, 11,5 milhões de novos celulares foram ativados e o número de celulares em operação chegou a 46,37 milhões. As linhas fixas em serviço eram 39,2 milhões em dezembro de 2003.

Hoje, o Brasil já soma mais de 54 milhões de celulares, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Isto representa um celular para cada três brasileiros. Este número cresceu 42% nos últimos 12 meses (junho 2003 a junho 2004).

O número de celulares em cada cem habitantes (densidade) também marcou acentuada evolução, saltando de 17,86 em junho de 2002 para 21,51, no mesmo mês em 2003, e chegando a 30,17, em junho de 2004.

Do total dos celulares em operação no Brasil, mais de 23,5 milhões são da VIVO.

Controlada pelos grupos Portugal Telecom e Telefônica Móveis, a VIVO é a maior operadora de telefonia móvel do Hemisfério Sul, que atua em 19 estados brasileiros e o Distrito Federal. A opção tecnológica da VIVO é o CDMA, uma técnica de transmissão digital.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações - UIT - CDMA é a base tecnológica das redes de terceira geração em todo o mundo, incluindo Europa, onde o GSM tal como existe hoje, deixa de ser utilizado na 3G. Segundo Luís Avelar, vice-presidente executivo de Marketing e Inovação da VIVO, "a nova tecnologia CDMA 1x RTT possibilita o desenvolvimento do mercado multimídia de terceira geração, o que nenhuma outra operadora de telefonia móvel oferece no Brasil".

O CDMA 1x RTT é a evolução das redes-padrão CDMA digital. Essa tecnologia oferece velocidade de transmissão

de dados de até 144 Kbits por segundo, duas vezes a taxa de 14,4 Kbps das atuais redes digitais CDMA.

Na prática, significa que o usuário de celular com tecnologia CDMA tem qualidade na comunicação de voz, mantém privacidade na comunicação, maior autonomia de baterias e redução no nível de interferência.

A vantagem do sistema CDMA 1x RTT é que permite a evolução para uma tecnologia mais avançada - CDMA 1x EV-DO (*Evolution Data Only*) que permite a transmissão de dados em até 2,4 Megabits por segundo, 40 vezes maior que a velocidade de acesso discado.

Até o final do ano, a VIVO irá inaugurar em São Paulo e no Rio de Janeiro, a rede CDMA2000 1xEV-DO - tecnologia de acesso de terceira geração, para suportar um *trial* comercial de serviços. Nesta primeira fase, o experimento será voltado a clientes corporativos dos dois principais mercados brasileiros, que têm acesso a aplicações como e-mail e Intranet em velocidades de até 2,4 Mbps, a partir de seus laptops, PCs e PDAs conectados à rede de alta velocidade da operadora, por meio de cartões de *modem* 1xEV-DO. Esta tecnologia permite que o cliente trabalhe, de onde estiver, em alta velocidade, estendendo a sua rede corporativa ou Intranet com o mesmo nível de segurança disponível em seu escritório. O usuário poderá alcançar a rede 1xEV-DO de qualquer posição, com uma conexão segura e confidencial (VPN IP).



**A TECNOLOGIA DO FUTURO.
A TECNOLOGIA DA VIVO.**

Portadores de necessidades recebem aulas de surf e bodyboarding

A inclusão social por meio da prática de um esporte é uma das melhores lições adquiridas pelos alunos portadores de necessidades especiais da Escola Radical de Surfe, no Posto 2, José Menino. Coordenado pelo professor Francisco Alfredo Araña (Cisco), com a colaboração dos instrutores Paji e Simone Miranda, o serviço atende alunos das mais diferentes faixas etárias, nas aulas de *surf* e *bodyboarding* do local.

A Escola mantida pela Prefeitura em convênio com a Sthill, é considerada a primeira escola pública de *surf* do Brasil e realiza um trabalho que serve de exemplo para muitas outras espalhadas pelo País. “Esse projeto é pioneiro no País, só existindo algo semelhante

na Califórnia. Além da integração total entre os alunos, aqui há muita troca de experiência e o mais importante, que é a inclusão social dessas pessoas”, explica Cisco.

Os professores formados em Educação Física comprovam a seriedade do projeto. A preocupação com o bem-estar e segurança dos mais de 300 alunos é sempre posta em primeiro lugar. “Quando não há condições de os alunos terem aulas práticas, ministramos a teoria, como fundamentos de competição, técnicas de prancha, informações sobre condições climáticas, biologia, segurança etc.”, enfatiza o professor Paji.

Além dos alunos portadores de necessidades especiais, a escola



Santos administra aulas para portadores de deficiência

atende jovens e adultos de todas as faixas etárias, inclusive da maior idade. As aulas são gratuitas.

Freqüentando as aulas de *surf* desde 1997, Waldemir Pereira Correa é um exemplo do que essa integração social pode melhorar a qualidade de vida. Portador de deficiência visual há nove anos, Wal, como é conhecido na escola, destaca: “Temos a possibilidade de passar uma imagem diferente do que é a necessidade especial em si. Somos pessoas que praticam esporte como as outras. Aqui há muito respeito”.

Indaiatuba retira armadilhas que combatem a dengue

A equipe do Programa de Combate à Dengue de Indaiatuba terminou em meados de agosto, a coleta das 101 armadilhas ovi-trampas (*eg tramp*) espalhadas pelo município. As armadilhas serviram para a coleta de ovos

do mosquito *Aedes aegypti*, que serão enviadas para o laboratório da Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), em Marília, para testes de novos inseticidas.

O veterinário da secretaria de Saúde e coordenador do programa de Combate à Dengue, Odenir Pivetta, explicou que a área do município foi dividida em cem partes e as armadilhas instaladas em imóveis comerciais, residenciais e indústrias. “Fizemos esse trabalho durante dois meses. Toda semana, as amostras eram

recolhidas e enviadas para a Sucen de Campinas”, informa. “A equipe fez uma análise inicial e as amostras consideradas positivas serão encaminhadas para o laboratório Regional da Sucen de Marília, que fará testes com novos inseticidas na fase de larva, pupa e mosquito alado”.

O objetivo desse trabalho é detectar qual a resistência dos mosquitos. A ação foi executada nas cidades de: Indaiatuba, Cosmópolis, Santa Bárbara d'Oeste, Americana e Hortolândia. Em 2004, Indaiatuba não registrou caso autóctone de dengue.



Agente recolhe eg tramp

ELANDRO FIGUEIRA/PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Tá precisando de dinheiro rápido e sem burocracia? Aqui vai uma mãozinha. E nem pedimos fiador, SPC ou avalista.

Empréstimos e financiamentos consignados em seu contra-cheque.

Empréstimos exclusivos para servidores públicos.

Se você já tem empréstimo em outro banco, conheça nossas condições especiais e saia com dinheiro na mão.



- As melhores taxas do mercado.
- Crédito pré-aprovado e sem restrições.
- Traga seu RG, CPF, comprovante de residência e contra-cheque.

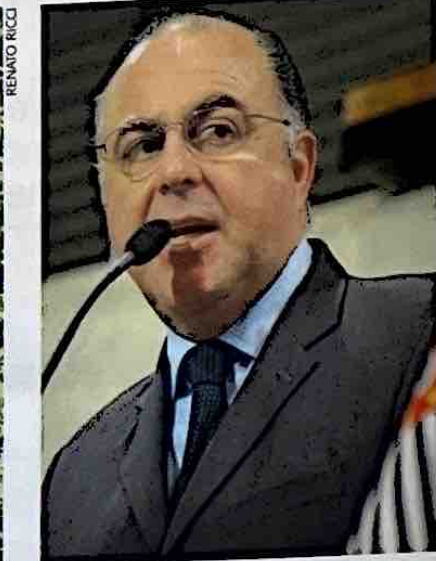
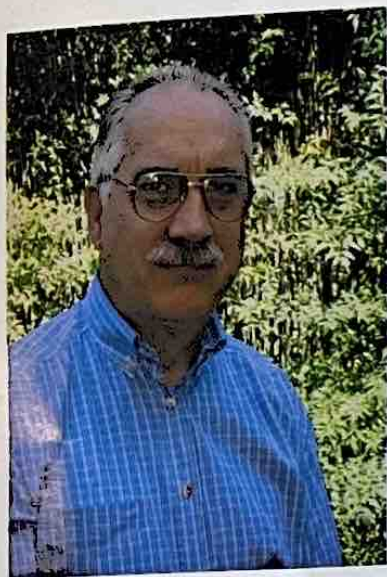
Para dinheiro rápido, procure nosso correspondente ou ligue para 0800-7717471.



**Banco
Cruzeiro
do Sul S.A.**

O uso do poder de compra da prefeitura

Comprar melhor implica, entre outros, quadros técnicos qualificados, editais bem formulados e qualidade de produto



Álvaro Santos (à esquerda) e Arnaldo Jardim acreditam que o poder de compra da administração pública implementa políticas

ARNALDO JARDIM E
ÁLVARO SANTOS

O uso do poder de compra da administração pública como ferramenta de apoio à implementação de suas políticas públicas, econômicas e sociais, não é novidade na história de países e estados. Especialmente os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, têm na orientação de seus gastos públicos um de seus mais destacados instrumentos para a realização de suas estratégias econômicas.

O próprio Brasil, nas décadas de 1950 a 1970, utilizou com grande sucesso o poder de compra da área

pública como suporte declarado à formação do capitalismo brasileiro industrial e de serviços. Basta serem lembrados os NAI – Núcleos de Articulação com a Indústria, grupos legalmente constituídos em cada empresa ou órgão público contratante (hoje desmobilizados), e que tinham o papel de articular a participação e o sucesso das empresas brasileiras no processo de licitação. Empresas como a Petrobrás e outras tantas chegaram mesmo a investir na criação de empresas nacionais em ramos em que essas ainda não existiam ou eram por demais frágeis.

Alguns exageros e deformações

na aplicação dessa política, assim como pressões internacionais e postulações ideológicas de recolhimento do papel estratégico do Estado, praticamente retiraram do País, nestas últimas décadas, esse “preciosíssimo” instrumento de desenvolvimento, enquanto paradoxalmente, os países que tanto pressionaram, continuam usando-o desimpedidamente e, diga-se de passagem, de forma inteligente.

A cidade de São Paulo pode servir como exemplo. Em números redondos, a previsão orçamentária municipal paulistana de 2004, atingirá o valor histórico de R\$ 14,3 bilhões. Deduzidas as despesas com pessoal (R\$ 4,3 bilhões) e os encargos da dívida (R\$ 1,27 bilhão), um montante de R\$ 8,7 bilhões serão destinados a gastos com serviços de terceiros, despesas de capital (investimentos),

**Contratações
mal realizadas
pelo Erário
resultam em
prejuízos**

ou seja, a serem aplicados em compras e contratações. Este fabuloso montante poderia ser estrategicamente orientado por um Programa Municipal de Uso do Poder de Compra, voltado para a reativação econômica na cidade e para a geração de novos postos de trabalho.

Um programa dessa natureza, perfeitamente compatível com a Lei nº 8.666, que rege as licitações públicas no País, proporcionaria contemplar dois grandes objetivos: o primeiro estaria em simplesmente, mas com magníficos resultados financeiros e sociais, comprar melhor. O fato é que descentralizações exageradas de procedimentos, ausência de quadros técnicos na entidade licitadora, editais malformulados, especificações técnicas incompletas ou desatualizadas, número exorbitante de diferentes opções para um mesmo item de compra, insuficiência técnica nos atos de recebimento, temor de, ao se exigir qualidade, propiciar ações de impugnação por parte de concorrentes pretensamente prejudicados etc., têm sido fatores comuns que têm levado a aquisições e contratações mal realizadas e resultantes em graves problemas e prejuízos para a sociedade e para a administração. É possível, em curto espaço de tempo, reduzir substancialmente essas deficiências e, assim, tornar mais profissional e competente o procedimento de uma compra pública municipal.

O segundo grande objetivo estaria na utilização dos gastos

Alterações em serviços terceirizados geram novos empregos

públicos como instrumentos de suporte à implementação de estratégias de desenvolvimento econômico e social, o que seria possível, especialmente, por meio de formulações adequadas das especificações de qualidade dispostas nos editais de licitação. Desta forma, sem necessidade alguma de recursos extras, seriam propiciados benefícios sociais e econômicos significativos, dos quais podemos destacar:

- Indução à qualificação competitiva da empresa fornecedora, preparando-a para as condições modernas dos mercados nacional e internacional;
- Estímulo à produção municipal de bens e serviços demandados pelas compras públicas, incentivando o uso de insumos materiais e humanos de maior interesse social, econômico e estratégico para a municipalidade;
- Melhoria da qualidade dos serviços e bens públicos voltados à população;
- Economia em manutenção ou substituições precoces de materiais e obras;
- Promoção de benefícios ambientais;
- Ampliação da participação

das micro, pequenas e médias empresas nas licitações públicas;

- Geração de empregos.

Obviamente, não seria possível descrever em um artigo, as inúmeras possibilidades que cada item desses abre para a implementação exitosa de enorme repercussão econômica e social. Mas, vale lembrar o número enorme de novos empregos que simples alterações em especificações tecnológicas de serviços públicos contratados pela municipalidade, têm a propriedade de gerar.

Como um simples exemplo, na área de manutenção da pavimentação viária, somente a combinação da dispendiosa e problemática operação "tapaburaco" com uma permanente operação preventiva "evita-buraco", com resultados técnicos extremamente superiores e grande economia para o poder público, resultaria na geração de algo como três mil novos empregos produtivos diretos junto às empresas contratadas. É de se imaginar o resultado da aplicação desta mesma ótica a todo o leque de serviços municipais contratados ou realizados pela própria administração.

Arnaldo Jardim

Deputado Estadual e Líder do PPS (Partido Popular Socialista), na Assembleia Legislativa de São Paulo
e-mail: arnaldojardim@uol.com.br

Álvaro Rodrigues dos Santos

Geólogo da USP (Universidade de São Paulo) e ex-diretor de Planejamento e Gestão do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas)
e-mail: santosalvaro@uol.com.br

Ecoturismo: gerador do desenvolvimento

Cidade vence elevado índice de mortalidade infantil da década de 1990 e aguarda para a próxima temporada os frutos do investimento no setor turístico

POR CAMILA ANCONA

Passar dias de descanso em um lugar tranquilo e poder observar mais de sete mil hectares de Mata Atlântica preservada, águas cristalinas da nascente não-poluída de um dos maiores rios do Estado, o Paranapanema, e praticar esportes de aventura ainda podem ser atividades possíveis no interior de São Paulo, especialmente no município de Capão Bonito, localizado a 222 quilômetros da Capital, no sudoeste paulista.

Bonito no nome e na natureza exuberante de suas cachoeiras, a cidade que possui 46.732 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico 2000, investe no potencial turístico do município desde fevereiro deste ano, com a

Mata Atlântica preservada pelos moradores e turistas

criação da secretaria de Turismo, na administração de Roberto Kazushi Tamura.

De acordo com Alessandra P. L. G. Faia, secretária da pasta, toda estrutura necessária para receber os turistas já está em andamento. "Além de estar em ordem com a legislação para as atividades de ecoturismo e turismo de aventura,

que é o nosso forte, também temos agora rede hoteleira de alto nível", explica a secretária.

A preocupação com a segurança do turista é uma das prioridades da secretaria, que investe em equipamentos de alta qualidade para o exercício de esportes de aventura como *tracking*, bóia-cross, canoagem e *cascading*.



FOTOS: PREF. MUNICIPAL DE CAPOÃO BONITO

Além destes esportes radicais realizados na Fazenda Sakamoto, distante 43 quilômetros do município, há também atividades como educação ambiental e expedições. Já a Fazenda Rio das Conchas, localizada a 15 quilômetros da cidade, possui mais de 200 metros de corredeiras e com belas cachoeiras, sendo mais propícia para os esportes de aventura.

A qualificação dos guias também é essencial, segundo Alessandra. Atualmente, cerca de 35 monitores estão realizando 120 horas de estágio, já que concluíram 180 horas do curso básico para monitores ambientais. "Posteriormente eles farão um outro curso de reciclagem."

Para o prefeito Tamura, este investimento inicial no setor reflete na movimentação financeira de Capão Bonito. "Cerca de 200 empregos já foram gerados diretamente, bem como movimentou-se as atividades correlacionadas como alimentação, transporte e serviços", ressalta.

Apesar da visitação ainda estar incipiente, o governo municipal acredita que a cidade está no caminho certo deste filão. "Já avançamos muito e estamos corretos em investir neste setor que atualmente é a segunda maior divisa na economia mundial, perdendo somente para o setor petrolífero", diz Tamura.

Os frutos deste investimento estão começando a surgir, o que pode ser comprovado com o grande número de ligações telefônicas após a participação na *Adventure Sports*, realizada

no mês de agosto, em São Paulo. "Acredito que teremos um saldo muito positivo para a próxima temporada, no verão 2004/2005", afirma Alessandra, que participou do evento.

Outro forte atrativo turístico de Capão Bonito, ainda segundo Alessandra, é o Turismo Rural. Atividades como a cavalgada, realizada anualmente durante as comemorações de aniversário

Ações modificaram quadro negativo do setor de Saúde

da cidade, podem ser apreciadas por turistas que queiram conhecer um pouco mais do jeito caboclo do interior.

Em dois dias, aproximadamente, 250 cavaleiros percorrem mais de 55 quilômetros para resgatar a tradição tropeira do município. No passado, os tropeiros realizavam paradas de descanso no trajeto que compreendia a cidade de Itararé à de Sorocaba, a cada 60 quilômetros, o que posteriormente acarretou o crescimento das cidades. Hoje, a distância entre os municípios ainda é a mesma.

Renasce a vida

O município de Capão Bonito hoje orgulha-se por ter vencido os elevados índices de mortalidade infantil da década de 1990, compatíveis na época com os de países africanos. Em 1997, o índice registrava 54 mortes para cada mil nascidos vivos. Este ano os números comprovam o investimento realizado na Saúde, com a relação de oito para cada mil nascidos vivos, segundo o governo municipal.

O empenho nesta redução deu-se, segundo o prefeito, por ações conjuntas com o governo federal desde 1997, agentes de saúde, Santa Casa e a população de Capão Bonito. A inauguração, em 2000, da Casa da Gestante 'Dona Malvina Oliva Amaral' também foi significativa.

Uma equipe multidisciplinar composta por pediatras, obstetras, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais acompanham a saúde da gestante

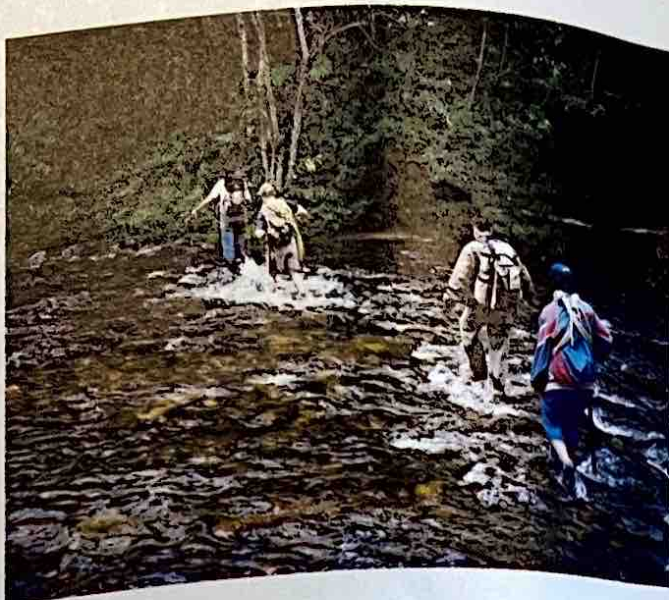
**Prefeito
Tamura
e vista
aérea do
Município**



durante toda a gravidez. "Todas as ações visavam mudar o quadro negativo da Saúde e, com grande esforço, conseguimos eliminar significativamente o problema da mortalidade infantil na cidade", ressalta Tamura, prefeito que termina o segundo mandato consecutivo este ano.

O sistema de saúde de Capão Bonito que modificou a estatística da mortalidade infantil, conta com a Santa Casa de Misericórdia, responsável pelo atendimento a nove cidades da região do Alto Ribeira, com população estimada em cerca de 120 mil pessoas. Outra especialidade é o Centro de Recuperação Nutricional que ajuda as mães na informação de uma boa alimentação para as crianças recém-nascidas.

Investimentos
em turismo
atraem
visitantes
para prática
de trilhas



Educação sem fronteiras

O sistema educacional em Capão Bonito também está comemorando a boa fase, após oito anos de investimentos. A secretária de educação, Heloísa Helena Cunha Arrunategui, afirma que hoje é visível a melhora nas condições de ensino. "No início do primeiro mandato de Tamura percebi que havia muitas reclamações feitas por mães de alunos a respeito de algum problema na escola. À medida que fomos atuando, percebi que as reclamações foram reduzindo gradativamente e que hoje são quase nulas".

O resultado obtido atualmente teve um longo processo, em que participaram o governo municipal e a comunidade de Capão Bonito. Heloísa conta que muitas pessoas, a partir de 2000, começaram a pedir a municipalização das escolas, mostrando a credibilidade do ensino com a aceitação popular.

Desde o início a prioridade era a comunidade residente na zona rural da cidade, em que a estrutura física e a qualidade de

ensino, bem como a assistência aos educadores, apresentavam maior precariedade.

"Depois fomos ampliando consideravelmente o número de escolas, além de incentivar outras atividades para o aprimoramento da educação em Capão Bonito", explica Heloísa. Atualmente o município possui 48 escolas (37 municipais, seis estaduais e cinco particulares), com aproximadamente 12.581 alunos.

Os incentivos na Educação foram os pilares das duas gestões do prefeito Tamura. A secretaria apóia a formação continuada dos professores, a oficina pedagógica que acompanha de perto o trabalho dos profissionais do saber, além de programas específicos para o

Incremento dos
esportes radicais
gera divisas para
o município



**Cidade aposta
no turismo e
incrementa
esportes e
rede hoteleira**

aperfeiçoamento de professores e alunos.

Esse é o caso do Profa (Programa de Formação do Professor Alfabetizador), da empresa Abaporu, que ensina os professores como trabalhar com a alfabetização de alunos, com aperfeiçoamento nas técnicas de leitura e interpretação de texto. O sistema é desenvolvido como consórcio, em que participam 19 municípios da região, os quais investem cerca de R\$ 3 mil para cada módulo.

A cidade ainda promove anualmente o Encontro Regional de Educação, que em agosto deste ano realizou sua 11ª edição. "Mais de 700 pessoas de toda região compareceram este ano. Foi um grande sucesso", acrescenta Heloísa, que fala com todo entusiasmo na mudança de visão dos jovens e no fortalecimento da cultura regional por eles.



Um dos atrativos da região

"Percebi que ações como o Projeto PHD, excursões e programações culturais que valorizem o folclore e a cultura da nossa terra, têm modificado a cultura do município, já não se faz educação sem cultura", afirma Heloísa. O projeto PHD adiciona a informática ao currículo escolar dos alunos de Capão Bonito. São 16 computadores instalados há três anos, por onde já passaram mais

de 1.500 estudantes.

A mudança cultural do município pode ser constatada com o crescente número de crianças, jovens e até idosos na Biblioteca Municipal Professor Mário Gemignani. De acordo com a bibliotecária, Mayra Franco Pontes de Araújo, nos dois últimos meses houve mais de 60 inscrições. "Acho este número alto, devido à pequena população", afirma. Ao todo, a biblioteca possui três mil usuários cadastrados.

Com a nova localização da biblioteca a partir de 2002, em um local mais visível no centro da cidade, a demanda foi aumentando, segundo informou Mayra. "Agora, de acordo com as atividades de leitura e contos que realizamos, o número de frequentadores chega a até mil por mês." Ainda este ano, a biblioteca mudará de endereço e irá para o Centro Cultural de Capão Bonito. Estarão anexos no espaço museu, auditório e um infocentro com o Programa Acesso São Paulo, destinado ao uso de internet gratuita, além da realização de oficinas culturais.

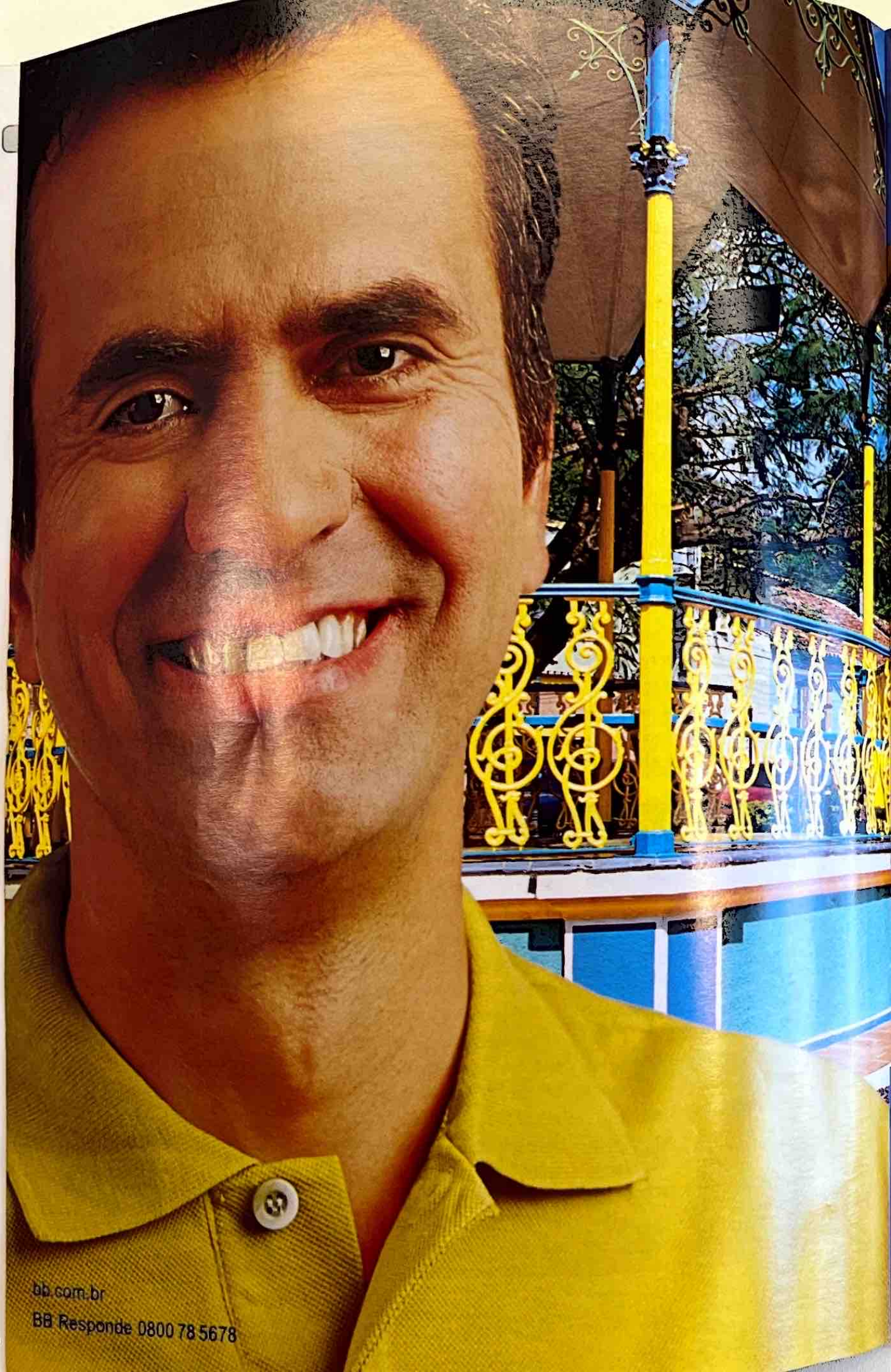
Curiosidades da terra

O nome da cidade deriva de um capão de mato em forma de coração, designação dada pelos tropeiros que vinham do sul rumo à feira de muarens em Sorocaba. Localizado ao pé da Serra da Paranapiacaba, Capão Bonito foi inicialmente um povoado situado na cabeceira do rio São José de Guapiara, que durante o seu curso recebe os nomes de Apiaí-Mirim e Apiaí-Guaçu.

Foi neste local que em fins do século XVII, onde os primeiros bandeirantes encontraram ouro, ali construindo alguns ranchos para abrigo e iniciando o primeiro povoado das paragens do

Paranapanema. A área não tinha alvará para mineração, atraindo assim mineiros que chegavam de todo o Brasil, devido à abundância de ouro nos rios Conchas, Almas e Paranapanema.

Por isso sua cultura tem forte influência dos tropeiros, grandes responsáveis pelo transporte e distribuição da produção brasileira no período dos séculos XVII a XIX, que usavam a região como passagem do Rio Grande do Sul para Minas Gerais. Somente em 2 de abril de 1857, o distrito foi elevado à categoria de município e depois à comarca de Capão Bonito.



bb.com.br

BB Responde 0800 78 5678

Transparência na gestão de recursos públicos.

**O seu
Município
só tem a ganhar.**

**Soluções exclusivas
para o Setor Público.**

Auto-Atendimento Setor Público,
Ourocard Corporativo, Licitações-e,
pagamentos a servidores
e fornecedores e muitas outras
soluções para facilitar e otimizar
a gestão dos recursos públicos.
É o Banco do Brasil cada vez mais
parceiro do País e do seu Município.



O tempo
todo com
VOCÊ



Ilhabela:

presente que Deus deu à Terra

POR VIVIANE NUNES

O sol brilha mais forte em Ilhabela, capital da vela e paraíso tropical. O termômetro registra 27° e as águas cristalinas de suas praias parecem saltar de uma tela retratada por um artista. Cidade litorânea ao norte de São Paulo, Ilhabela, com pouco mais de 26 mil habitantes tem ares de uma "casa de bonecas" saída de um conto de fadas. Tudo parece estar em perfeita harmonia e sintonia com o habitat, o clima e as belezas naturais da ilha completam essa paisagem.

FOTOS: PREF. MUNICIPAL DE ILHABELA/MARCO DIARTE



Águas cristalinas atraem
turistas de todo o País
e até do exterior

A atual administração do prefeito Manoel Marcos Ferreira, o Mané, esmera-se em fazer da ilha um cartão de visitas aos mais exigentes turistas. Suas ruas são limpas, nenhum papel é avistado pelas calçadas; todas as ruas são pavimentadas; pedintes e mendigos não existem por lá. A cidade é linda e possui uma qualidade de vida de altíssimo padrão.



Limpeza e preservação do meio ambiente...



... são prioridades para o município

Ilhabelense em Atenas

O ciclista Edvaldo de Souza Cruz, 26 anos, o Vando, representou o Brasil na categoria *mountain bike* nos jogos Olímpicos na Grécia, em Atenas. Vando é o primeiro no *ranking* nacional e é considerado um dos melhores do mundo. Segundo o ciclista, os melhores

55 esportistas da categoria participaram da única prova da modalidade, que se realizou em 28 de agosto. "Só participar, já foi uma grande vitória", revela. Vando foi medalha de prata nos jogos Pan-americanos de Santo Domingo, em 2003.

Saúde em primeiro lugar

O município possui uma infraestrutura na área de Saúde com níveis de primeiro mundo, graças à implantação de vários projetos que ampliaram e renovaram sua pasta. O primeiro hospital da cidade foi inaugurado nesta administração melhorando sobremaneira a vida dos moradores da região. Hoje, o município tornou-se um exemplo de saúde no litoral norte do Estado. "Para se ter uma idéia, antes as mulheres grávidas tinham que ter seus filhos em cidades vizinhas e muitas vezes pariam no caminho, nas balsas. Hoje, isso não ocorre mais", afirma Manoel Marcos. O hospital da cidade conta com uma maternidade; 50 leitos, dois centros cirúrgicos que realizam cirurgias de média e baixa complexidades, munidos de aparelhos de primeira geração; atende cobertura



Projetos sociais implantados pela atual administração elevam a auto-estima dos moradores da Ilha

ginecológica, pediatria, cirúrgica e ortopédica tudo gratuitamente, possui médicos especializados e capacitados que atendem diariamente a toda população, além de contar com ambulância UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e mais duas que ficam de plantão para resgates e emergências. Em dois anos e meio de funcionamento, mais de 800 crianças nasceram em Ilhabela. "O hospital foi a grande realização desta administração que acabou resgatando a dignidade e também a identidade do povo ilhabelense", comemora o prefeito.

Faxina geral

Um dos orgulhos do prefeito da ilha é a limpeza da cidade que não deixa nada a dever às grandes capitais internacionais. A cidade passou por uma grande faxina e hoje é uma das mais limpas do País. "Eu faço questão de cuidar pessoalmente desse trabalho. Nossas calçadas e ruas são limpas e 75% da malha viária está pavimentada para trazer mais conforto aos nossos moradores e melhor infraestrutura para as pessoas que nos visitam", diz Manoel Marcos.

Ilhabela com muito mais amor

Nascido e criado em Ilhabela, o calçara Manoel Marcos Ferreira que em setembro completou 44 anos, cresceu predestinado à política. Desde pequeno ela corria por suas veias. Filho de Eurípedes da Silva Ferreira, três vezes prefeito local, aprendeu com seu pai o "be-a-bá" desta ciência. Determinado e destemido como todo libiano, formou-se Engenheiro Civil pela Unitau, em Taubaté. Em 1986, exerceu o cargo de engenheiro na secretaria de Obras da Prefeitura de Ilhabela. Deu início a sua carreira política concorrendo ao cargo de vereador, vencendo com o maior número de votos.

Daí para a Prefeitura foi um pulo. Em 2000, concorreu ao cargo e venceu com larga margem de votos. Candidato à reeleição pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Manoel Marcos continuará dando ênfase às áreas de Saúde e Educação e, pretende trazer para a cidade, a primeira universidade em parceria com a FATEC (Faculdade de Tecnologia, mantida pelo Instituto Paula Souza, do governo do Estado), além de implantar outros projetos em parceria com o Estado como a criação de 80 unidades habitacionais para as famílias carentes da Ilha. "Concluiremos a obra do nosso

Fórum e geraremos novos empregos com a incrementação do turismo, investimento em segurança e principalmente no saneamento básico da cidade". Ilhabela tem clima agradável o ano inteiro e a idéia é trazer para a cidade turistas estrangeiros. Continuaremos preservando a Ilha para melhorar cada vez mais a qualidade de vida das pessoas que aqui moram e nos visitam", completa.



Prefeito Manoel Marcos

Educação para todos

Educação é um assunto sério e deve ser tratado como tal. “Não existe criança fora da escola no município”, afirma o prefeito. “Construímos seis novas creches e estamos inaugurando a sétima, totalizando atendimento a 700 crianças. Aqui elas recebem toda assistência social e educacional. Têm refeição balanceada e atividades recreativas. Para as crianças frequentarem nossas creches suas mães obrigatoriamente devem estar trabalhando, essa é a nossa prioridade”, completa Manoel Marcos.

“No ensino médio, novas escolas foram inauguradas com instalações adequadas para os alunos e fomos uma das primeiras cidades a implantar no Estado de São Paulo o sistema *self-service* na merenda. Isso contribuiu para que o desperdício da merenda fosse racionalizado e as crianças passassem a comer só o que desejavam, pois elas mesmas se servem”, revela o prefeito.

Atividades esportivas também não foram esquecidas nessa administração. Escolas de futebol, *jiu-jitsu*, futebol de salão

**Cidade limpa
e pavimentada
oferece
bem-estar
e conforto**

Apenas Bela.... Ilhabela

Ao longo de seus quase 400 anos de história, Ilhabela, ou simplesmente “Ilha” para os mais íntimos, sempre foi uma emocionante mistura de mistério, fenômenos sobrenaturais, índios, lendas, escravos, corsários, naufrágios, opulência e natureza exuberante. Em 20 de janeiro de 1502, o genovês Américo Vespúcio navegou pela primeira vez pelas águas do canal, batizando com o nome de Ilha de São Sebastião, nome alusivo ao santo do dia. Depois disto, portugueses e ingleses aportaram em suas praias. Até os piratas fazem parte de sua história, contribuindo com suas lendas e mistérios. O município de Ilhabela compreende: Ilha de São Sebastião, Ilhas de Búzios, Ilha da Vitória (habitadas) e mais as ilhotas: das Cabras (também habitada), Serraria (sem frente à praia do mesmo nome), Castelhanos, Lagoa,

Figueira (na baía de Castelhanos) e das Enchovas (na baía das Enchovas). A cidade de São Sebastião surgiu muito mais tarde. Dizem os historiadores, que o povoado de São Sebastião teve como primeiro nome Vila da Ilha de São Sebastião. Portanto, Ilhabela é o nome do município, a Ilha (acidente geográfico) é Ilha de São Sebastião. O povoado da Ilha recebeu o nome de Villa Bella da Princesa.

Alcançou a sua emancipação político-administrativa em 3 de setembro de 1805, com este nome. Passou a se chamar apenas Villa Bella (popularmente) sem que houvesse medida legal (decreto) para essa mudança. Manteve este nome até 1940, quando, por decreto, recebeu o nome de Formosa. Finalmente em 1944, passou a chamar-se Ilhabela. O nome tem, portanto, 57 anos.

e oficina de dança são algumas das atividades que as crianças dispõem no município. “Aqui na cidade não existem crianças de rua, mendigos ou pedintes. Duas professoras foram contratadas para identificar nos bairros, crianças que estavam fora das escolas e por meio de acompanhamento psicológico procurou-se inserí-las na sala de aula, com a criação do projeto “Toda Criança na Escola”. Com esta ação conjunta, o índice de evasão escolar passou a ser zero”, diz o chefe do Executivo.

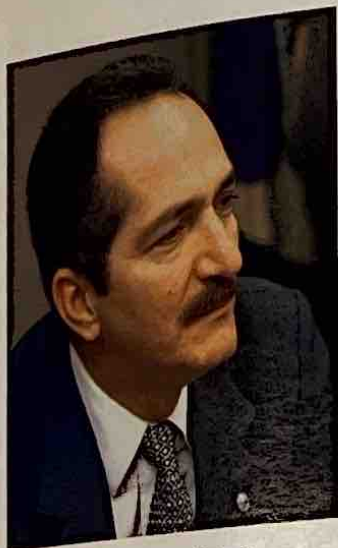
Navegar é preciso

A vela é considerada um esporte de elite, porém muito divulgada na

cidade. Em parceria feita com a secretaria de Estado dos Esportes, idealizada pelo secretário Lars Graef, implantou-se o projeto “Navegar”, em que crianças de sete a 14 anos, de ambos os sexos, da rede pública de ensino, podem participar do esporte, que educa e ensina essas crianças a preservar o meio ambiente. Segundo o prefeito, “só crianças com notas boas podem participar do projeto. Estamos formando a quarta turma, com 300 crianças. Já temos alunos da ilha participando de campeonatos internacionais. Nosso objetivo é educar, mas se daí surgir um campeão, ficaremos muito orgulhosos”.

Os nomes das cidades

Muitos municípios paulistas são batizados com nomes de santos e santas e uma delas - Santos - une todos em seu nome



Aldo Rebelo é ministro de Estado, chefe da secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da presidência da República

ROSE BRASIL/PADOBRAS

dores e deputados se imortalizam em poucas. A grande parte deriva das línguas indígenas. Os antigos proprietários de terras e as famílias nobres também deixaram suas marcas. Os recursos naturais como as águas, e os sinais da evolução como a ferrovia, denominaram outras tantas. Nomes femininos surgem para dotar de graça e beleza pequenas porções do nosso vasto território paulista, assim como nomes que nos fazem sonhar: Paraíso, Porto Feliz, Novo Horizonte. Vitória Brasil.

Em todas, há um traço único: a generosidade.

Os 645 municípios que compõem o Estado de São Paulo, por meio de seus nomes, permite a compreensão da história e dos valores de cada uma delas.

Sim, vamos falar delas. De todas e de nenhuma em especial, porque todas são especiais.

A partir de cada uma das 645 que formam o magnífico desenho do nosso Estado, podemos compreender a história e os valores da nossa civilização, a começar pelos seus próprios nomes.

Muitas são batizadas com nomes de santos e santas e uma delas - Santos - une todos em seu nome. As serras embelezam a paisagem e os nomes de algumas. Presidentes da República, sena-

**Políticas
públicas
eficazes geram
resultados
com rapidez**

Elas são generosas porque se regeneram, sempre. Aceitam as intervenções humanas e da natureza com a sabedoria de quem é inflexível em seus princípios, em suas origens, mas é capaz de realizar os mais ágeis movimentos para superar crises e maus bocados. Não há enchente ou má-administração que as

faça perder a pose nem tampouco a perspectiva.

E também são generosas, porque retribuem os menores gestos em seu favor com grandiosidade. Leis bem formuladas, políticas públicas eficazes, ações comunitárias tornam-se verdadeiras manias, reproduzem-se, geram resultados com a rapidez imposta pela vocação e vontade de atender aos seus moradores.

Outra característica que as une é que elas não se dissolvem jamais. Permanecem, perenes. Suas fronteiras podem ser alteradas; seus filhos trocá-las por outras e filhos de outras adotá-las; indústrias abrir ou falir; lavouras prosperar ou dizimar por pragas. Mas elas estão sempre ali, referência concreta e sentimental, com sua história em exposição permanente em suas casas e campos, edifícios e córregos, gentes e estátuas.

É por tudo isso que elas, as verdadeiras nutrizes do desenvolvimento de São Paulo, fazem jus ao melhor assento no pacto federativo que, finalmente, começa a se delinear graças ao ambiente propício gerado pelo governo Lula.

Novas instituições

A criação ou a extinção de instituições revela as prioridades de

cada momento da vida do País.

Vamos nos balizar pelo exemplo dos ministérios. Já tivemos um único ministério para cuidar de habitação e bem-estar social. Superamos os ministérios do interior e da integração regional e agora temos o apropriado ministério da integração nacional. Até a administração federal e a reforma do Estado mereceram seu quinhão da Esplanada.

E hoje, o que há de novo?

As instituições criadas para apoiar o projeto nacional ora em curso, mostram que o foco está nelas, nas cidades.

O ministério das Cidades foi a primeira inovação. Trata habitação, saneamento e transporte de maneira articulada,


dentro de uma política nacional de desenvolvimento urbano que tem como finalidade a diminuição da desigualdade social e a sustentabilidade ambiental.

Num segundo momento, o presidente Lula criou a secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, ligada diretamente à presidência da República. Sua missão é promover o diálogo do governo federal com as cidades, estados, congresso nacional e partidos políticos.

Outra instituição gerada neste governo foi o Comitê de Articulação Federativa, resultado da competente ação das entidades municipalistas e palco das últimas conquistas das cidades na reforma tributária, por exemplo. É

no Comitê que avançam as discussões sobre o novo pacto federativo e tantas outras, caríssimas aos municípios.

A Sala das Prefeituras, na sede da Caixa Econômica Federal em Brasília, também é um avanço nas relações do governo com as cidades e uma estrutura facilitadora para um dos aspectos mais importantes na vida dos municípios, o financeiro.

Temos, então, um ministério, uma secretaria, um comitê, uma sala. Tudo à disposição delas. E, mais importante, tudo movido por um único sentimento e uma única certeza: o futuro do País depende da generosidade e do sentido de permanência delas, das cidades. Especialmente das paulistas. 

A Revista do municipalismo paulista



Anuncie já!

A troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal e ações de sucesso na prestação de serviços aos cidadãos, você encontra na revista *Municípios de São Paulo*. Ela aproxima você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas, público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas, que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Estado de São Paulo.



editora segmento

INFORMAÇÕES

LIGUE: (11) 3879-8216/3879-8200

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

Banho de 1 Olha o

Quem desperdiça água baixa o nível. Dos

São Paulo está passando por uma das piores secas dos últimos anos. E por mais que a Sabesp tenha feito obras
Não tome banhos demorados, não use o vaso como lixeira e feche a torneira quando fizer a barba

Água. Usar bem é fácil. Difícil é ficar sem.



5 minutos? nível!

reservatórios e do respeito pelos outros.

se preparado para garantir o abastecimento, o nível de consciência com a água tem que subir. escovar os dentes. Assim você ajuda a subir o nível dos reservatórios e do respeito que tem pelos outros.



SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

O desafio de entender o ser humano

Compreender o ser humano é aceitar as diferenças de cada um. Muitos despertam nossa atenção quando superam desafios

Promovida pelo Fundo Social de Solidariedade, de 14 a 21 de setembro próximo, será realizada a IV edição da Semana da Solidariedade. A iniciativa visa envolver, sensibilizar e propiciar a disseminação de ações de solidariedade e responsabilidade social para o desenvolvimento efetivo da cidadania.

O tema da IV Semana da Solidariedade será "A inclusão social das Pessoas Portadoras de Deficiência". São milhares de pessoas que têm alguma alteração na sua função física, mental, auditiva ou visual. Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 14,5% da população brasileira é portadora de deficiência, representando 24 milhões de pessoas, das quais quatro milhões estão no Estado de São Paulo.

Como gestora de Políticas Sociais, na condição de presidente do Fundo Social de Solidariedade, concluí que minha contribuição para esse segmento deveria ser ampliada. Isso porque, após frequentar seminários, ler informativos, conversar com profissionais de equipes de reabilitação, além

de participar do trabalho realizado na Estação Especial da Lapa, pude entender melhor o sentimento e necessidades dessas famílias e pessoas que lutam corajosamente pela inclusão social.

O assunto não é novo, já que todos temos contato com portadores de deficiência. Filhos de amigos, parentes, ou conhecidos que despertam nossa atenção pela extraordinária força e motivação para superar os desafios. E nos últimos tempos, a sociedade está mais voltada para essa questão. Mas ainda há muito o que fazer pelo segmento.

Ao portar uma deficiência, esse indivíduo tem limitações, porém, pode desenvolver com muita

eficiência várias atividades. São diferentes. Aliás, a grande riqueza do mundo reside na heterogeneidade. Cada ser é único, singular. Essas pessoas não precisam de sentimento de pena ou dó. Precisam sim, de apoio e oportunidades. Que a sociedade lhes ofereça os meios necessários. São os direitos diferenciais dos quais elas precisam para sua integração. Todo cidadão tem direito à educação, ao lazer, ao trabalho, ao esporte. Enfim, direito à vida. É assim que se faz a inclusão.

Semana da Solidariedade

A Semana da Solidariedade terá início nas instalações da Estação Especial da Lapa - Centro de Convivência e Desenvolvimento Humano, unidade do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. O objetivo é valorizar esse espaço-modelo em toda a América Latina, onde se pratica o desafio de entender o ser humano e o respeito às diferenças. Por meio de várias parcerias, a Estação oferece cursos de iniciação profissional, esportes adaptados e oficinas culturais para aproximadamente 1.800 portadores de necessidades especiais.

O evento de abertura contará com uma teleconferência sobre o tema, envolvendo educadores,



DIVULGAÇÃO: FUSSESP

Maria Lúcia Aickmin é presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

estudantes e a comunidade do entorno de todas as escolas da rede pública estadual, demonstrações esportivas e vários outros eventos para os usuários e convidados. Organizado por profissionais da Estação, ainda será realizado no mesmo dia, o festival de esportes "Onde Competir é Cooperar", com a participação de diversas instituições e organizações da sociedade civil que atendem a esse segmento da comunidade. Dessa forma, haverá mais integração e cooperação entre elas. Na estação Sé do Metrô, no dia 15, à noite, será aberta a mostra de fotografias "Imagens da Inclusão", com o objetivo de mostrar à população a capacidade artística dos portadores de deficiência.

Durante a Semana, visitarei 14

entidades da Capital que atendem pessoas carentes, portadoras de deficiência. Nesses locais, vários grupos do governo, parceiros e sociedade civil estarão promovendo ações de apoio e desenvolvendo várias atividades, desde palestras informativas a eventos culturais. Em todo o Estado de São Paulo, as presidentes de Fundos Municipais também estarão mobilizando suas comunidades para essa causa. Nas praças de pedágios, terminais do Metrô e CPTM serão distribuídos folhetos com orientações sobre como colaborar com pessoas portadoras de deficiência.

Simultaneamente, será realizado na Estação da Lapa um curso para pessoas que cuidam de portadores de deficiências, sob

a coordenação da Divisão de Medicina e Reabilitação do Hospital das Clínicas, bem como palestras e eventos voltados para os nossos usuários.

Com a promoção desta Semana, contando com a participação da população, pretendemos mobilizar a sociedade para esse compromisso ético de promover a diversidade, respeitar as diferenças e reduzir as desigualdades sociais. Incrementar a diversidade é promover a igualdade de chances, para que todos desenvolvam seus potenciais, é estimular uma melhor qualidade de vida, transcendendo as bandeiras partidárias e atingindo o patamar do coração. Afinal, solidariedade é a linguagem universal compreendida por todos.

mp

Rent a Micro®

Locações

Coloque seu evento em evidência

Organizadores, montadores e expositores, temos equipamentos de última geração que irão atendê-los plenamente.

Videowall

TV Plasma

Canhões de Luz

Filmadoras

Projetores

Micros

Notebooks

CCD

Sistema de automação de acesso à Feiras/Eventos

Sonorização Completa

Rádio Comunicador e Nextel

Coletores de dados

Plantão 24hs.: RJ (21) 7812-8397
Fax: (11) 3105-1990
www.rentamicro.com.br

Plantão 24hs.: SP (11) 7819-3281 - ID 35108
(11) 3105-1864 / 3105-6779
rentamic@rentamicro.com.br

Plantão 24hs.: SP (11) 7819-3282 - ID 35109
(11) 3105-2464 / 3106-7794
rentamic3@rentamicro.com.br

Plantão 24hs.: SP (11) 7853-6370 - ID 1*30643
(11) 3105-4474 / 3105-0616
rentamic2@rentamicro.com.br

Da inexecução e da rescisão dos contratos administrativos

CÉSAR AUGUSTO MARGATO

Análise das contas municipais aponta para um quadro positivo ao atendimento dos princípios de uma boa gestão fiscal

Apresentação

Ao cuidar da execução, e principalmente da rescisão dos contratos administrativos, a Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores, tratou de estabelecer as diversas hipóteses de ocorrência desses momentos contratuais, tanto no que se refere às prerrogativas da Administração, como no que tange à possibilidade de acordo entre as partes. E uma vez fixadas as hipóteses, indica as soluções aplicáveis a cada caso.

Nesse trabalho serão analisadas as diversas formas de tratamento que o Estatuto das Licitações e dos Contratos Administrativos conferiu aos momentos contratuais da inexecução e da rescisão.

Também abordaremos a Lei nº 8.987, de 13/02/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal.

CAPÍTULO I

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Definição

Podemos afirmar, sem dúvida, que

contrato não é figura peculiar ao direito privado. O conceito de contrato pertence à Teoria Geral do Direito e suas manifestações tanto surgem em matéria de direito civil e comercial, como no campo do direito público, interno e externo. E, no direito público, o contrato não é somente possível entre federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

A Administração, visando atender ao bem-estar social e ao interesse público, muitas vezes, necessita contratar com o particular.

**Contrato não é
figura peculiar
ao direito
privado, e sim
à Teoria Geral**

A vontade do particular também se contrapõe à do Estado, no campo do direito público, encontrando-se o indivíduo com capacidade definida por normas jurídicas.

Ainda, o contrato administrativo é um dos instrumentos jurídicos de que mais se utiliza o Estado no exercício do seu poder de gestão da coisa pública.

Uma das diferenças fundamentais do contrato administrativo com o contrato privado reside na supremacia do ente

estatal sobre o contratado. E para operacionalizar essa supremacia está a União, autorizada a legislar sobre contratos, conforme determinação contida no art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal de 1988. E por essa disposição mandamental, a União promulgou a Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

O professor Toshio Mukai, no Novo Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Públicos, 2ª ed., Revista dos Tribunais, cita José Cretella Jr., definindo contrato administrativo como "um acordo de vontades, de que participa a Administração e que, tendo por objetivo direto a satisfação de interesses públicos, está submetido a regime jurídico de direito público, exorbitante e derogatório do direito comum".

Acrescenta o mestre que todos os contratos celebrados pela Administração são contratos públicos porque têm sua referência a um objeto de direito público (interesse público-administrativo ou serviço público). Igual disposição contém a Lei nº 8.666/93, em seu art. 62, § 3º.

Para Lúcia Valle Figueiredo: "há contratos da Administração Pública, em seu sentido mais amplo, regidos ora mais intensamente pelo direito público, ora pelo direito privado". E continua: "É necessário afirmar a inexistência de contratos da Administração Pública com regime unitário exclusivamente de direito privado. Em contrapartida, é mister assinalar que as normas de direito privado também

vão permear os contratos regidos pelo direito administrativo."

Em outros termos, além dos contratos norteados, na totalidade, pelo direito público, a Administração celebra contratos regidos parcialmente pelo direito privado. Todavia, a presença da Administração na relação contratual torna difícil a aplicação plena do direito privado.

Assim, o art. 62 da Lei nº 8.666/93 determina que nos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o poder público seja locatário e nos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado, aplicam-se as regras da Lei n.º 8.666/93 referentes às cláusulas necessárias, às prerrogativas

da Administração (cláusulas exorbitantes) e à formalização.

O art. 1º da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê a observância do artigo 175 da CF/1988, que traz regras predominantemente de direito público, bem como das cláusulas dos indispensáveis contratos.

Características

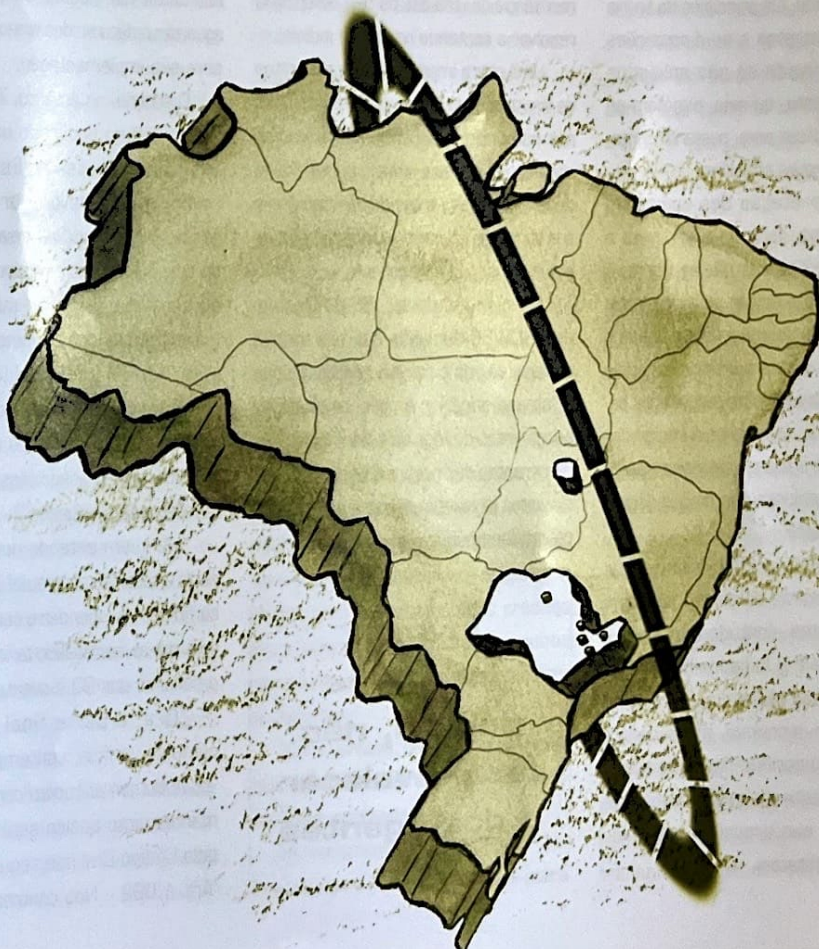
São princípios fundamentais e formadores de contratos a autonomia da vontade (típica dos contratos privados), a supremacia da ordem pública, a obrigatoriedade de que o contrato é para ser cumprido (*pacta sunt servanda*) e a relatividade da obrigação contratual,

ou seja, o contrato entre as partes interessadas não pode obrigar a terceiros que nele não intervieram, salvo o caso de herdeiros universais, observada a extensão da herança.

A doutrina e a jurisprudência há tempos pacificaram-se acerca do fundamento jurídico da proteção da equação econômico-financeira dos contratos administrativos, a ponto de ser ela reconhecida como uma das principais características dessa espécie de ato jurídico, colateralmente à presença das chamadas "cláusulas exorbitantes", previstas no art. 78 da Lei de Licitações, que analisaremos em seguida.

O Capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93, iniciando-se no art. 54,

MERCADO



trata dos contratos administrativos. Suas disposições, basicamente, estão contidas até o art. 80. Entretanto, não se pode olvidar que toda a lei de licitações permeia o conteúdo dos contratos.

Veja-se o que diz o art. 2º, parágrafo único: "Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada". O que, aliás, já é a definição oficial de contrato administrativo.

O art. 54 da lei licitatória diz que os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público. Os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado só são aplicados subsidiariamente, ou seja, esgotam-se as normas públicas para, posteriormente, aplicar as normas privadas.

Na interpretação dos contratos administrativos, levar-se-á em conta o interesse público, mas não se rejeitará a proteção que é devida ao contratado, nem se negarão os princípios da boa-fé e da probidade, contra o arbítrio, os quais devem ser rigorosamente respeitados pelo Poder Público, fazendo-se a interpretação da maneira menos onerosa para o devedor, no conjunto das disposições e não isoladamente.

Marçal Justen Filho admite que se aplica o regime de direito público a esses contratos, contudo adverte que a supremacia e a indisponibilidade do interesse público não exclui os princípios da legalidade, isonomia, moralidade e outros mais inseridos na Constituição Federal, não bastando invocar o interesse público para que prevaleça a opinião dos agentes estatais.

O art. 55 dá início às determinações sobre as normas extravagantes, ou melhor, exorbitantes, derogatórias ao direito comum. É o inciso IX que determina que nos contratos administrativos exista cláusula na qual o contratado reconheça os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77 e 78. Na verdade, esse reconhecimento só seria necessário por interesse público, já que os demais possibilitam a qualquer das partes a sua rescisão. Há, entretanto, que convir que o contratado reconhece à Administração o direito de rescindir, sem necessitar recorrer ao Judiciário para tal rescisão. Caso o fato ocorresse entre particulares, dando margem à rescisão, e se houvesse resistência de uma das partes, dever-se-ia resolver a contenda na esfera judicial.

Uma regra importante nos contratos de direito privado é da exceção do contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*), ou seja, aquela possibilidade dada a uma das partes de não cumprir a sua obrigação enquanto a outra não efetuar a sua obrigação antecedente.

O inciso XVI do art. 68 do Dec.-lei nº 2.300/86 dispunha que era motivo de rescisão do contrato administrativo o "atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação

da ordem interna ou guerra". Portanto, a norma não comportava a *exceptio non adimpleti contractus*.

Entretanto, a doutrina veio mitigando essa teoria, declarando, conforme Celso Antônio Bandeira de Mello, que a impossibilidade de oposição desta cláusula só poderia dar-se nos contratos típicos de direito administrativo, ou seja, aqueles que tratassem da continuidade dos serviços públicos. Desta forma seria possível a oposição nos contratos em que não se tratasse dessas matérias.

A Lei nº 8.666/93, por seu turno, hospeda essa doutrina até para contratos típicos, desde que superada certa fase intermediária, como se vê dos incs. XIV e XV do seu art. 78. A exceção do contrato não cumprido, nesses dois casos, deve aguardar o decurso dos prazos estipulados, para sua implementação.

Discorda, no entanto, Toshio Mukai, em um artigo publicado na Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nº 89, de outubro de 1998, página 57, quando escreve: "O inc. XV do art. 78 diz que é motivo de rescisão do contrato 'o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração... (omissis)..., assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação'."

"Há quem entenda que, tanto para pedir a rescisão contratual (judicialmente) como para suspender o cumprimento do contrato, o interessado teria que aguardar o decurso dos 90 (noventa) dias."

"Ora, a parte final do inc. XV, como se verifica, contempla a cláusula '*exceptio non adimpleti contractus*', cujo mandamento básico está contemplado pelo Código Civil nos seguintes termos: 'Art. 1.092 – Nos contratos bilaterais,

**Invocar
interesse
público, não
faz prevalecer
o dos agentes**

nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro".

"No caso, só o fato dos primeiros dias de atraso no pagamento (que já se constitui no descumprimento da obrigação) já enseja o impedimento de a Administração exigir o cumprimento da execução contratual (o que permite, pois, a suspensão imediata do cumprimento das obrigações assumidas, por parte do contratado)."

"Além disso, o inc. V do mesmo artigo 78 permite a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, desde que haja justa causa para tal, e prévia comunicação à Administração."

"Neste caso, não há maior justa causa do que o atraso dos pagamentos devidos pela Administração, única obrigação (ou, pelo menos, a principal, assumida por ela no contrato); e com a comunicação prévia, a paralisação é imediata."

"Portanto, na hipótese de atraso nos pagamentos, se pelo inc. V do art. 78 o contratado pode paralisar a execução contratual, da mesma forma, com base no inc. XV, a paralisação deve ser de imediata. É princípio assente que o legislador não pode ser contraditório."

Grande parte das normas exorbitantes encontra-se no art. 78 da Lei de Licitações, especialmente em seu inc. XII, que diz que constitui motivo para rescisão de contrato razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

Desta forma, a Administração Pública submete o contratado a seu império, podendo, ainda que a lei determine as justificativas, rescindir o contrato a

Atraso no pagamento constitui descumprimento de obrigação

qualquer momento. Evidentemente que, neste caso, o contratado deverá, na forma que a lei lhe faculta, buscar indenização, conforme predispõe o art. 79, § 2º, administrativa ou judicialmente.

Conforme Márcia Walquiria Batista dos Santos "se pode a Administração exercer o *jus variandi*, agindo com seu poder de *imperium*, deverá, em contrapartida, respeitar os direitos do contratado, e entre eles a manutenção da equação econômico-financeira. Não poderá, portanto, o Poder Público contratante agir de forma incondicionada."

Outras possibilidades dadas ao Poder Público e derogatórias do Direito Comum encontram-se no art. 80, destacando-se, dentre elas, a possibilidade de assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Administração; a ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal, necessários à continuidade do contrato; a execução direta da garantia do contrato e a retenção dos créditos decorrentes, até o limite dos prejuízos causados à Administração sem recorrer ao Judiciário.

"Como síntese, podemos afirmar que governam os contratos administrativos os seguintes princípios:

1) desnivelamento jurídico das partes, uma vez que o Poder Público está sob a

relação de Administração; 2) autonomia da vontade só no atinente à formação ou não do vínculo;

3) os contratos regem-se basicamente pela cláusula *rebus sic stantibus*, de onde a intangibilidade da equação econômica;

4) a Administração poderá instabilizar o vínculo (*jus variandi*) unilateralmente, a fim de atender à necessidade pública;

5) deverá aplicar as sanções pecuniárias ou a rescisão, conforme o caso;

6) fiscalização inarredável".

Modalidades

Os contratos administrativos mais frequentes são:

a) Contrato de Obras: é aquele cujo objeto é a construção, reforma, recuperação, ampliação, referentes a imóvel público ou destinado a fins públicos. Em geral, diz respeito a prédios para repartições ou serviços públicos, a ruas, praças, avenidas, estradas, viadutos, túneis, aeroportos, metrô etc. Podem ser de:

a.1) execução direta: conforme o inciso VII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, é a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração Direta, pelos próprios meios;

a.2) execução indireta: nos termos do inciso VIII do artigo 6º do estatuto licitatório, aquele que o órgão ou entidade contrata com terceiros, sob qualquer dos regimes de empreitada por preço global, por preço unitário, tarifa ou empreitada integral;

b) Contrato de Serviços: segundo o art. 6º, II, da Lei nº 8.666/93, serviço é toda a atividade destinada a obter utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, adaptação, transporte, manutenção, locação de

bens, publicidade, seguro, trabalhos técnico-profissionais;

c) Contrato de Compras: também denominado contrato de fornecimento, destina-se à aquisição remunerada de bens (art. 6º, III), tais como gêneros alimentícios, mesas, cadeiras, microcomputadores etc. O fornecimento pode ser efetuado de uma só vez ou de modo parcelado;

d) Contrato de Concessão: apresenta-se sob quatro modalidades no ordenamento jurídico brasileiro:

d.1) Concessão de serviço público – pelo qual o poder público (concedente) transfere a execução de um serviço público à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, por meio de concorrência, para realizá-lo por sua conta e risco, mediante remuneração paga pelo usuário. As normas sobre a concessão de serviço público, em geral, encontram-se na Lei nº 8.987, de 13/02/95. Na concessão de serviço de radiodifusão, o concessionário não recebe remuneração do usuário, somente no caso de TV a cabo e tal concessão não é regida pela lei retrocitada;

d.2) Concessão de serviço precedida de obra pública, também denominada concessão de obra pública – consiste na construção, conservação, reforma, melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegadas pelo poder público, mediante concorrência, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, para realizá-la por sua conta e risco, remunerando-se o investimento pela exploração do serviço ou obra por prazo determinado;

d.3) Concessão de uso de bem público, pelo qual a Administração consente que particular tenha uso privativo de bem público, e.g., concessão de áreas de mercado municipal. Fica a critério da lei ou da Administração exigir remuneração

do concessionário. De regra, exige-se autorização legislativa e concorrência;

d.4) Concessão de direito real de uso é o contrato pelo qual a Administração consente que o particular use privativamente terreno público, como direito real, para fins de urbanização, edificação, industrialização, cultivo ou qualquer outro uso de interesse social, conforme prevê o Decreto-Lei nº 217/67, que instituiu esse tipo de concessão. A Lei nº 8.666/93 dispensa de licitação essa concessão quando destinada a programas habitacionais de interesse social e a uso de outro órgão ou entidade da Administração (art. 17, I e § 2º); e

e) Contrato de Gerenciamento: é o ajuste mediante o qual a Administração confia a um particular a condução de

controladas direta ou indiretamente.

Exceção feita, em razão da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, às empresas públicas e às sociedades de economia mista e às subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, as quais deverão ter estatuto próprio, subordinado aos princípios da Administração, no que diz respeito à contratação de obras, serviços e alienações.

Em se tratando de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, a lei regedora dessas espécies de contratos administrativos é a Lei nº 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995.

A formalidade dos contratos administrativos é essencial e não pode ser negligenciada. A necessidade de firmar contrato formal e escrito, sobretudo no setor público, é para que tudo fique muito bem delineado, em termos de direitos, obrigações e responsabilidades recíprocas entre as partes contratantes, com vistas a prevenir o eventual suscitamento de dúvidas futuras, passíveis de serem danosas ou prejudiciais aos contratantes, inclusive no tocante à fiel execução do seu objeto.

Daí por que o Estatuto Federal das Licitações e Contratos é bastante minudente, particularmente no que pertine às chamadas cláusulas essenciais e obrigatórias dos contratos administrativos, que devem ser redigidas de forma a não deixar dúvida quanto ao seu real alcance, incorporando todos os elementos característicos do objeto, bem como a respectiva licitação, como o seu edital e a proposta vencedora (art. 55 da Lei nº 8.666/93).

César Augusto Margato é advogado, pós-graduado em Direito Público pela Escola Paulista de Magistratura de São Paulo e funcionário do TCE.

Lei Federal institui normas no âmbito dos Poderes constituídos

um empreendimento, responsabilizando-se pelos encargos financeiros da sua execução. O particular recebe a denominação de gerenciador.

Direito Positivo

A Lei Federal de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, institui normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a ela subordinando-se os órgãos da Administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, e as demais entidades

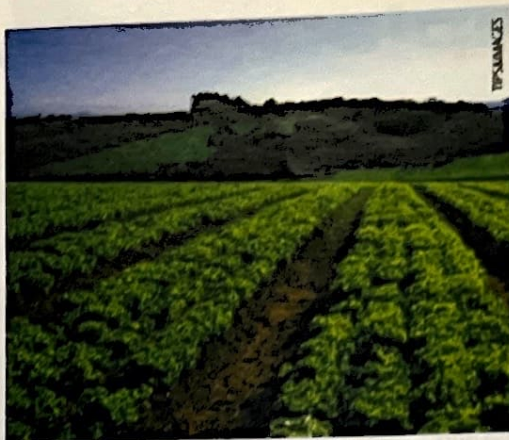
Regulamentação de orgânicos pode aquecer mercado interno

As vendas de produtos orgânicos no mercado interno devem crescer nos próximos meses. A expectativa é do secretário-executivo da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rogério Dias. No último dia 19 de agosto, ele coordenou a reunião da câmara que discutiu o decreto de regulamentação da Lei da Agricultura Orgânica, publicada em 2003.

A regulamentação, rotulagem e fiscalização de orgânicos contribuirá para a expansão da comercialização desses produtos no País, afirmou Dias. Durante a reunião, foram criados grupos de trabalho para participar do processo de regulamentação da lei.

Além do processo de regulamentação, o Mapa criou o programa de desenvolvimento da agricultura orgânica, que cuida da capacitação, fomento, pesquisa e desenvolvimento, promoção comercial e ações para alavancar o consumo interno de produtos orgânicos. De acordo com Dias, o sistema de certificação oficial, com marca e selo exclusivo, vai assegurar ao consumidor que o produto é fiscalizado. As certificadoras responsáveis serão auditadas pelo governo.

“A grande procura por orgânicos se baseia num aspecto – o da qualidade. O consumidor compra um produto diferenciado, sem resíduos e mais recomendável à saúde”, destaca Dias. A agricultura orgânica, acrescenta, é



Senado reduz número de vereadores em todo o País

tradicionalmente praticada pelo produtor familiar. “A regulamentação, que deve agregar valor ao produto, é importante para os pequenos produtores. A estruturação do setor será boa para todo o segmento.”

O Brasil tem hoje 7,1 mil pro-

dutores certificados ou em processo de certificação, conforme dados do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A área ocupada é de aproximadamente 170 mil hectares e a taxa de crescimento do setor chega a 20% ao ano.

PPP não é prioridade no Congresso

Considerado pelo governo Federal, em especial pela equipe econômica, como fundamental para o incremento dos investimentos, o que, *a priori*, favoreceria um crescimento econômico mais duradouro, o projeto das PPP's (Parcerias Público-Privadas) foi retirado da pauta de prioridades do esforço concentrado do Senado e pode não ser votado antes das eleições municipais, que acontecem em outubro.

Após reuniões em que governistas e líderes da oposição no Senado discutiram o projeto, decidiu-se adiar a votação. Para

o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, devem ocorrer alterações no projeto e “o governo está disposto a negociar estas mudanças para agilizar a tramitação do projeto, que após esta votação retornará para a Câmara”.

Segundo o líder do governo no senado, Aloizio Mercadante, “a votação não precisa ser, necessariamente, após as eleições”. Entretanto, com o retorno do projeto à Câmara, para a aprovação ou rejeição das emendas propostas pelos senadores, as chances das PPP's tornarem-se uma lei, ainda este ano, são poucas.

"Bovespa vai até você" completa dois anos

Programa foi criado com o intuito de popularizar o mercado de capitais e já implantou mais de 400 clubes de investimento

Criado pela Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) para esclarecer um número cada vez maior de brasileiros sobre os fundamentos do mercado de capitais, o projeto "Bovespa vai até Você" comemorou seu segundo aniversário no último dia 23 de setembro com o lançamento do livro "Bolsa na Estrada", que conta a história da popularização do mercado acionário. "A participação do investidor, pessoa física, no volume diário da Bolsa saltou de 20% em 2002 para cerca de 29% em 2004", comemorou Raymundo Magliano Filho, presidente da Bovespa, principal responsável pelo programa de popularização, que já atendeu diretamente 150 mil pessoas em todo o Brasil, por meio de visitas a locais com grande movimento.

"É importante notar também que esse novo investidor, pessoa física, é consciente e informado sobre as características próprias do mercado de ações. Numa palavra, ele sabe que se trata de um investimento de risco e que, para minimizar esse risco, é preciso investir em longo prazo", completou o presidente.

Os clubes de investimento formados a partir de 2002, atestam que a popularização foi bem-sucedida. Atualmente são 905, dos quais 468 foram criados nos últimos dois anos. A fórmula do clube de investimento é incentivada pela campanha da Bovespa, porque permite o desembolso de quantias menores por parte dos seus



Francisco Magliano, presidente da Bovespa, popularizou o mercado de capitais para pequenos investidores

Clubes de investimento atestam popularização bem-sucedida

integrantes, ou seja é um instrumento que permite democratizar o acesso ao mercado de capitais. Além disso, é pedagógico, já que os cotistas podem, em reuniões, que são periódicas, adquirir conhecimentos sobre o mercado de capitais.

de investidores pode ser contabilizado pelo número de visitas feitas nestes dois anos pelos promotores de negócios da Bovespa a grupos interessados em criar clubes de investimento, que hoje totalizam 540, o que equivale, nesse período, a mais de uma visita por dia útil.

Situações inusitadas

Situações inusitadas são descritas na abertura do livro *Bolsa na Estrada* pelo autor Oscar Pilagallo, e que fazem parte do dia-a-dia das equipes envolvidas nos diversos módulos do programa "Bovespa vai até Você". É o caso da viagem do Bovmóvel, com

de asfalto, terra e ferrovias. Em cada unidade visitada e mesmo no interior dos vagões, a equipe da Bovespa fez palestras sobre o mercado de capitais. No total, após 35 dias, a mensagem da Bolsa chegou a 16,5 mil funcionários da Vale do Rio Doce.

Projetos audaciosos

A primeira iniciativa do projeto resultou de uma parceria da Bolsa com a Força Sindical (central sindical de trabalhadores) e levou à criação do primeiro clube de investimento de trabalhadores. Estava criado o "Bovespa vai à Fábrica". Posteriormente a Bolsa fez uma nova parceria com outra central de trabalhadores: a CGT (Central Geral de Trabalhadores).

A intenção de levar ao conhecimento do público o funcionamento do mercado de capitais e as experiências das equipes do projeto resultaram em dois novos programas: "Mulheres em Ação" e "Bovespa vai aos Municípios".

Com um ano de existência, o projeto "Mulheres em Ação" atendeu as mulheres interessadas em conhecer o mercado de ações. Uma pesquisa realizada à época do lançamento do projeto, mostrou que 41% das mulheres entrevistadas são as responsáveis pelas decisões sobre investimentos. Daí a iniciativa da Bovespa em desenvolver um projeto exclusivo para o público feminino.

Já o programa "Bovespa vai aos Municípios", lançado em setembro de 2003 e que conta com a parceria da APM (Associação Paulista de Municípios) e do Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal), teve como



Desmistificação do mercado de capitais completa dois anos...

cado de ações foi o lançamento, em agosto último, do programa "Bolsa Aberta", que prevê visitas ao pregão, nos finais de semana. Os visitantes assim a um vídeo sobre o funcionamento da Instituição e podem sanar suas dúvidas com os promotores da Bolsa, representantes de corretoras-membros e de companhias abertas aos sábados e aos domingos.

As crianças carentes também foram contempladas por este programa, que inclui o Turismo Cultural Bovespa, levando-as para conhecer: Museu do Ipiranga, Museu de Arte Sacra, Pinacoteca do

Estado, Teatro Municipal, Pátio do Colégio, Centro Cultural Banco do Brasil, Conjunto Cultural da Caixa. Mais de três mil pessoas já fizeram uso deste programa desde o seu lançamento.

"Esses projetos, ao longo dos dois últimos anos, serviram para mostrar que o investimento em ações está disponível a brasileiros de todas as idades e classes sociais. Mesmo com pouco dinheiro é possível montar um clube de investimentos e participar do mercado de ações. Basta despertar para isso", afirmou Raymundo Magliano. (E.M.)

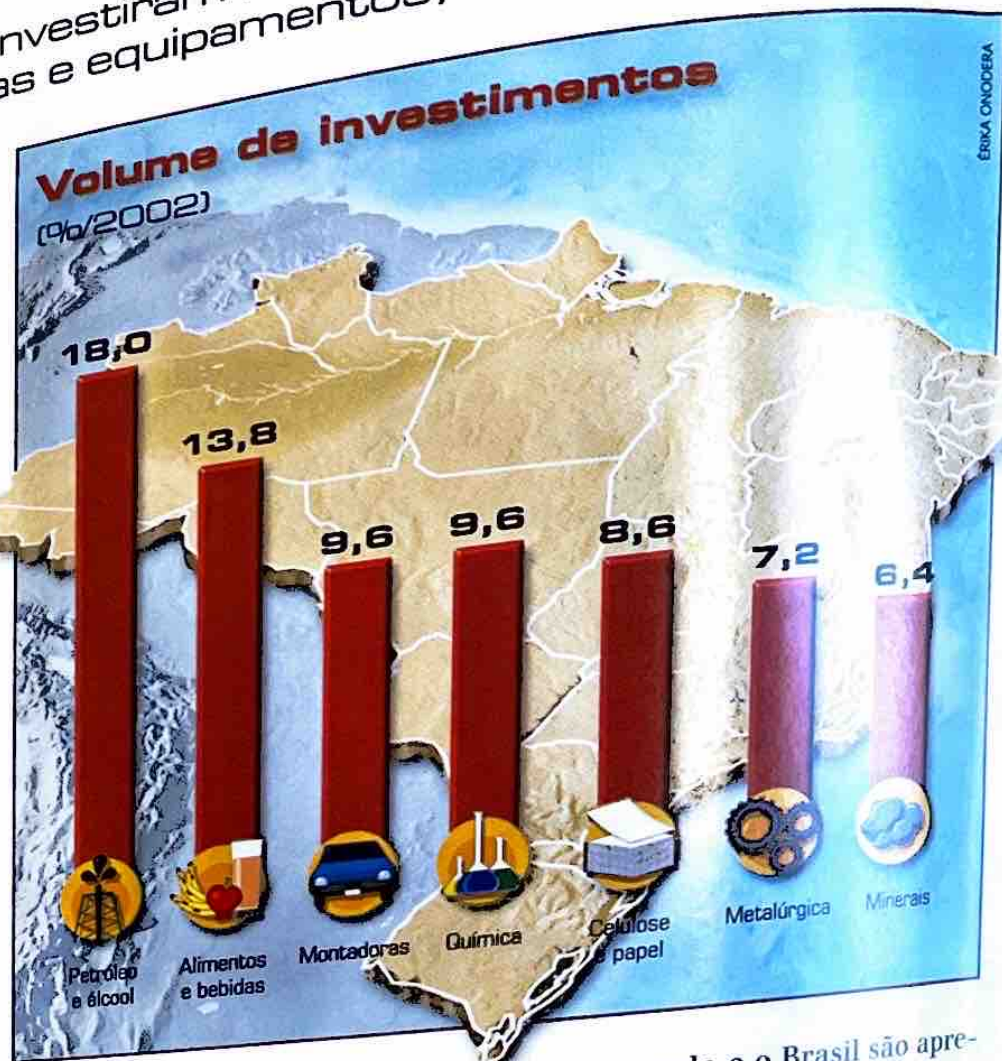


lança novo Atlas Geográfico

Indústrias nacionais investiram R\$ 50 bilhões em 2002, com a aquisição de máquinas e equipamentos, terrenos e edificações

O Atlas Geográfico Escolar do IBGE foi lançado em versão eletrônica (em *cd-rom*), multimídia, interativa e de fácil consulta, com avançados recursos digitais, inclusive de zoom, contendo ilustrações animadas, fotografias e flashes de vídeo, que facilitam a leitura dos mais de 200 mapas do Brasil e do mundo.

A nova versão usa animações para explicar as atuais teorias sobre o surgimento do Universo (*Big Bang*), a formação dos continentes (tectônica de placas), a tecnologia do sistema de posicionamento global por satélite (*GPS*), os conceitos e a história da cartografia. As técnicas mais utilizadas atualmente na confecção de mapas, os tipos de projeção e os principais conceitos e definições da cartografia são apresentados na seção dedicada ao tema. Recursos digitais contribuem para a clareza de explicações sobre o funcionamento do *GPS* (*Global Positioning System*), inclusive as órbitas da constelação de satélites que garante a precisão do sistema



global de posicionamento, além de imagens orbitais, aerofotogrametria, sensoriamento remoto além de outros métodos científicos de levantamento.

Do *Big Bang* até a formação dos continentes, tudo com animação gráfica.

O mundo e o Brasil são apresentados em 240 mapas com indicadores sociais, espaço econômico, diversidade ambiental, características demográficas, diversidade cultural, desigualdades socioeconômicas e outros temas, que podem ser observados e ex-

adadas nas seções "Mapas" e "Explorando os mapas", da versão eletrônica do Atlas Geográfico Escolar. Além de mapas temáticos e geopolíticos do Brasil e das grandes regiões brasileiras, o atlas digital contém ainda breves apresentações em vídeo das capitais estaduais brasileiras e fotografias de seus pontos turísticos.

Resultados da atividade industrial

A Comunicação Social do IBGE informou, em 30 de junho de 2004, importantes resultados da atividade industrial; a título de exemplo podemos destacar:

- "Sete em vinte e sete setores respondem por mais de 70% do investimento total da indústria nacional".
- "Os sete setores industriais que lideraram os investimentos responderam por 72% do total, em 1996, e por 73%, em 2002. Neste último ano, os investimentos industriais chegaram a R\$ 50 bilhões e os setores líderes foram: refino de petróleo e álcool (18%); alimentos e bebidas (13,8%); montagem de veículos automotores (9,6%); produtos químicos (9,6%); celulose e papel (8,6%); metalurgia básica (7,2%); e extração de minerais metálicos (6,4%)".

A Pesquisa Industrial Anual de Empresas (PIA/Empresa) traz um panorama completo da atividade industrial brasileira, considerando as empresas formalmente constituídas, com o mínimo de cinco pessoas ocupadas

e cuja análise, em 2002, foram os investimentos da indústria.

Cabe destacar, ainda, o que segue:

- "Por investimento entende-se o valor gasto na aquisição de máquinas e equipamentos; terrenos e edificações; meios de transporte e outras aquisições incorporadas ao ativo imobilizado".
- "Em 2002, as cerca de 36 mil empresas industriais que informaram essa variável, gastaram

Resultados demonstram liderança dos setores industriais

em torno de R\$ 50 bilhões com investimentos, enquanto em 1996, o gasto informado por 33 mil empresas chegava a R\$ 26 bilhões".

• "Em termos de posição relativa, vale destacar que refino de petróleo e álcool (que passou de uma participação de 8,5% para 18,0%) passa da quinta para a primeira posição, refletindo provavelmente o impacto dos investimentos realizados na ampliação da produção interna de petróleo e de seus derivados.

• "Verifica-se que esse grupo de sete atividades líderes, em 2002, também ampliou seu espaço nas exportações. Estatísticas de comércio exterior mostram que

essas atividades detinham 63% do valor das exportações industriais em 1996 e, seis anos depois, passaram a responder por 68%, o que reforça a idéia de que as exportações tiveram papel relevante como fator explicativo da ampliação da capacidade produtiva da indústria no período".

• "O investimento industrial está fortemente relacionado ao porte da empresa. Evidência disto é o fato de que das 33 mil empresas que, em 1996, informaram gastos com investimento, o valor das 20 primeiras representava 37% do total, ou R\$ 10 bilhões, o que significa uma média de R\$ 500 milhões por empresa. Em 2002, essas cifras são ainda mais expressivas: as 20 maiores indústrias passam a representar 40% do investimento, num total de R\$ 20 bilhões, ou seja, R\$ 1 bilhão por empresa".

• "Tanto em 1996 quanto em 2002, 19 dessas 20 maiores empresas em investimento, eram exportadoras. E mais: nesse período sua participação no total das exportações saltou de 15% para 18%".

Resultados da atividade industrial: São Paulo

Especificamente para o Estado de São Paulo a Pesquisa Industrial Anual de Empresas, apontou que:

• "Mesmo perdendo espaço, São Paulo detém 42% do investimento industrial em 2002".

• "A participação nos investimentos passou de 49,2%, em 1996, para

Atividade industrial em São Paulo (%)



42,0%, em 2002. A queda de 7,2 pontos percentuais provavelmente reflete os efeitos da instalação de novas empresas e/ou plantas industriais em outros estados, como é o caso das montadoras de automóveis “.

Alguns resultados da atividade industrial para outros estados

- “Minas Gerais manteve constante sua participação no total dos investimentos (10,7%) “.
- “Observou-se crescimento no Espírito Santo (de 1,9% para 5,6%), Estado onde predominam indústrias exportadoras”.
- “No Rio de Janeiro (de 7,7% para 9,9%), influenciado pelo investimento em setores como os

Participação no refino de petróleo e álcool (%)



de extração e refino de petróleo, siderurgia e montagem de veículos automotores”.

• “Resultados da Bahia de 6,7% para 4,1%”.

• “Resultados de Pernambuco de 1,3% para 1,0%”.

• “O Ceará, onde foram implantadas grandes fábricas de vestuário e calçados,

subiu de 0,8% para 1,3% no mesmo período”.

• “No Rio Grande do Sul, a participação nos investimentos passou de 5,5% para 6,0%”.

• “Em Santa Catarina, região sul, houve pequena redução (de 3,7% para 3,3%)”.

• “Goiás de 1,2% para 1,8%”.

• “Distrito Federal (Brasília) de 0,2% para 0,5%”.

• “Um dos fatores determinantes que contribuiu de forma categórica para o crescimento da indústria nas regiões Sul e Centro-Oeste é a sua forte articulação com o setor do agronegócio”.

Resultados de pequenas empresas

Com relação às pequenas empresas a Pesquisa Industrial Anual de Empresas, revela-se o que segue:

• “Pequena Empresa tem participação de 7,2% no investimento em 2002”.

• “O gasto com investimento informado

por cerca de 26,3 mil pequenas empresas (que empregam de cinco a 99 pessoas) foi da ordem de R\$ 2 bilhões, ou seja, R\$ 76 mil por empresa. Esse montante representou 7,7% do investimento industrial naquele ano. Em 2002, 30 mil pequenas empresas informaram investimentos de R\$ 3,6 bilhões (média de R\$ 120 mil por empresa), com participação de 7,2% no total.

• “Máquinas e equipamentos; produtos químicos e alimentos e bebidas são responsáveis por 35% do investimento das pequenas empresas”.

**São Paulo
ainda detém
42% do
investimento
industrial**

IBGE lança informações sobre 5.560 municípios

A Comunicação Social do IBGE informou, em 10 de agosto de 2004, a disponibilização para a sociedade do CD-ROM chamado Base Estatcart de Informações Municipais/2003, que reúne informações de várias fontes, sobre cada um dos 5.560 municípios brasileiros.

Para melhor conhecimento desse importante produto cabe destacar:

• “Reunindo, num mesmo CD,

informações sobre educação, saúde, participação política, finanças públicas, transporte, assistência médico-sanitária, registro civil, entre outros temas, retirados das bases de dados, tanto do IBGE, como do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Banco Central (BACEN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), DENATRAN, DATASUS e INEP, esta nova Base de Informações Municipais

Participação no total das exportações (%)



Informações sobre serviços públicos constam do levantamento

poderá ser de grande utilidade para administradores públicos, jornalistas e pesquisadores em geral, no conhecimento da realidade nacional”.

- “Através do CD-ROM podem ser acessados, por exemplo, dados sobre o número de óbitos por diferentes causas, de equipamentos hospitalares disponíveis, de instituições bancárias, empresas, automóveis, motocicletas, escolas, matrículas, professores, casamentos, separações etc., de qualquer município brasileiro”.

- “O tema Finanças Públicas,

por exemplo, tem 42 itens, que incluem informações orçamentárias de receitas e despesas realizadas, como impostos e taxas cobrados, transferências inter-governamentais, investimentos, pagamento de pessoal e até o valor do Fundo de Participação dos Municípios. Nesse tema, os dados são referentes ao ano de 2002, mas o CD contém dados tanto do ano 2000, com os do Censo e do TSE; como de 2001, no caso da estrutura empresarial dos municípios; de 2002, no caso das Finanças Públicas e das estatísticas agropecuárias e de assistência médico-sanitária ou de 2003, no caso dos dados do Denatran, do Banco Central e do DATASUS, que é a base de dados do Sistema Único de Saúde”.

- “No total, são 735 variáveis selecionadas entre os 15 temas e subtemas que a Base de Informações Municipais abrange.

Serviço: O CD-ROM já está disponível na loja virtual do IBGE no portal www.ibge.gov.br e, proximamente, nas agências e livrarias do IBGE em todas as Unidades da Federação.

Francisco Garrido Barcia
é chefe da UE/SP.

A Revista do municipalismo paulista

A troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal e ações de sucesso na prestação de serviços aos cidadãos, você encontra na revista *Municípios de São Paulo*. Ela aproxima você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas, público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas, que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Estado de São Paulo.



editora segmento

INFORMAÇÕES

LIGUE: (11) 3879-8216/3879-8200

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

Megafesta reúne talentos de 180 municípios

Em sua oitava edição, o evento promovido pela secretaria de Estado da Cultura, Revelando São Paulo, integrou culturas e raízes durante nove dias

O Interior e o Litoral invadiram com arte, comida e talento a capital entre os dias 11 e 19 de setembro, em uma verdadeira celebração à cultura e às raízes do Estado de São Paulo. Manifestações folclóricas, tradicionais e da culinária de 180 municípios fizeram do VIII Revelando São Paulo, no Parque da Água Branca, uma oportunidade única para se conhecer a riqueza dos pontos representativos do Estado de São Paulo.

Antonio Carlos de Moraes Sartini, diretor técnico do DARC - Departamento de Atividades Regionais da Cultura, afirmou que em sua oitava edição, o projeto pretende demonstrar o sucesso

DIVULGAÇÃO/ASS. IMP. SEC. EST. DA CULTURA



Claudia Costin e assessores na abertura da VIII Revelando São Paulo

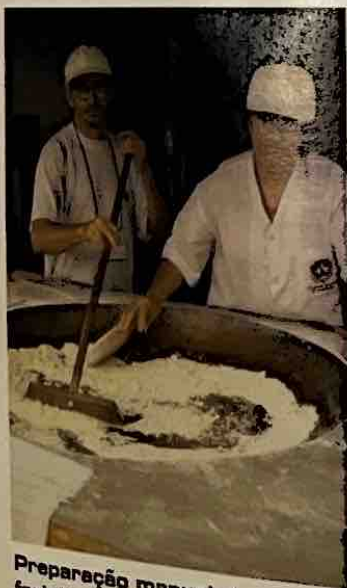
Projeto tornou-se pólo de conhecimento cultural

da ação da secretaria de Estado da Cultura, em promover todas as riquezas e diversidades culturais do povo paulista. "Este ano, a ação educativa foi ampliada e recebemos, em visitas monitoradas, cerca de 16 mil estudantes. Essa foi a forma de tornar o projeto um importante pólo de conhecimento

de nossos costumes e da rica cultura tradicional", comemorou o diretor do DARC.

Ao mesmo tempo, conceitos que estão por trás do Revelando São Paulo estão na linha de frente das discussões mundiais promovidas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), que nomeou esta década, como sendo a da cultura pela paz.

A secretária de Estado da Cultura, Claudia Costin, ressaltou que o projeto não visa apenas promover uma mostra de cultura tradicional pura e simplesmente. Pretende também promover uma reflexão sobre o que é patrimônio



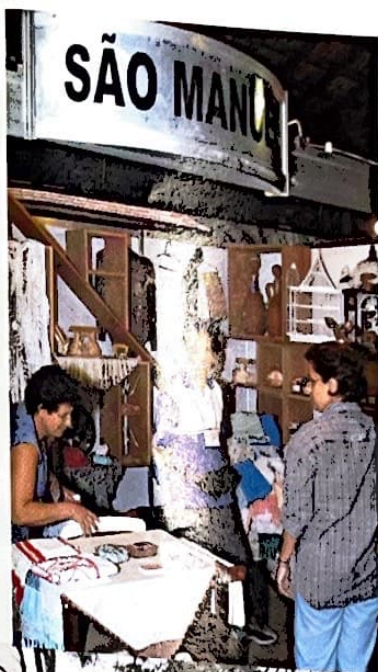
Preparação manual da farinha de mandioca

PAULO GUIMARÃES

cultural, definido como patrimônio material e imaterial, e estabelecer formas de proteção a esse bem fundamental para a criação da identidade de um povo". O saldo do Revelando São Paulo em todos estes anos de sua realização é dos mais importantes. O poder público tem atuado no sentido de valorizar e aproximar o cidadão de seu valioso patrimônio imaterial, riqueza de valor inestimável para os paulistas. Ao mesmo tempo, o



Artesãos confeccionam verdadeiras obras de arte



projeto promove uma grande celebração da diversidade cultural e étnica, característica marcante de nossa população", ressaltou a secretária de cultura.

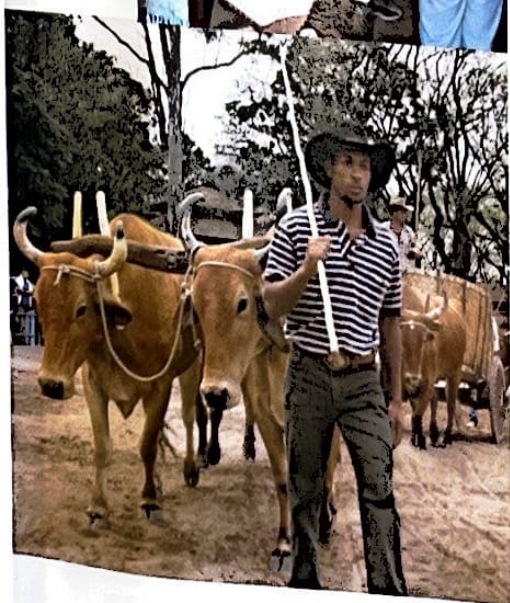
Para o diretor artístico do evento, Antônio Macedo, o Revelando São Paulo é uma junção de esforços e tem significado "um não incisivo a

O poder público procura valorizar o cidadão

qualquer tentativa de tipificação, sinônimo de padronização, um estímulo ao reconhecimento das diferenças, da diversidade, ressaltando sua importância no mundo de hoje, contribuindo para nos descobrirmos, nos reconhecermos caipiras, cai-çaras e piracuaras, bem além da primária imagem do Jeca Tatu". (E.M.)



Municípios e bairros



Produtos típicos e a demonstração de raízes culturais

Puxando os erres

por CLÁUDIO MANESCO

O acentuado sotaque do interior de São Paulo é famoso nacionalmente. Dizem que para o piracicabano "o ar do mar faz 'mar'" e que para o morador de Tietê "leite queeente dá dor de deeeente". Brincadeiras e exageros à parte, o fato é que sobram histórias sobre o tema.

Certa vez, um grupo de amigos interioranos, em sua pescaria anual, deparou-se com uma história deveras engraçada.

Marcos, paranaense com ginga de carioca e ar superior de campineiro da gema, resolveu tirar uma, de um dos melhores pescadores da turma. Sabedor do pavio curto de Nelson, resolveu provocá-lo:

– Nelsão, afinal de contas, como chama o seu filho? É Gleisson ou Greisson?

– É Greisson!

– Greisson? Mas tem certeza que não é Gleisson?

– Já falei que é Greisson, com "L", Greisson!!!!

História inversa envolvendo um outro Nelson ocorreu com amigos de Fartura que foram jogar futebol de salão na vizinha Manduri. O jogo havia sido arranjado por um professor de química, Nelson, que o hábito do "R" transformava em Nerson.



A turma saiu num domingo de manhã de Fartura numa Kombi branca sabendo apenas que, ao chegar na praça principal de Manduri, deveria perguntar pelo professor Nelson.

Junto ao motorista estava Tuca, um dos mais velhos do grupo e também um dos que mais arrastava o "R". Mal a Kombi parou e um gaiato dos últimos bancos advertiu:

– Tuca, vê se não vai perguntar pelo professor Nerson, hein? Lembre-se que é Nelson. Nelson!!!

Sem responder à provocação, Tuca abriu os vidros do carro, empostou a voz e perguntou de maneira educada e polida:

– Por favor, meu senhor. O senhor pode me dizer onde mora o professor ... Néeeellson que dá aula em Fallltura?

A Kombi virou um riso só. O homem indagado não entendeu

nada – ficou meio sem jeito, achando que riam dele – mas deu o endereço direitinho.

Parentesco

O prefeito de Piraju fez uma grande festa em sua cidade para receber Papa Jr., então candidato a senador. Prefeitos e vereadores de Piraju, Sarutaiá, Tejupá, Timburi, Óleo, Taguaí, Fartura e outras cidades da região estavam todos presentes tietando o político e empresário.

Todos tinham uma história para contar e alguns se esforçavam em demonstrar certa intimidade com o candidato. Meio sem assunto, um vereador de Taguaí – conhecido por seu jeitão folclórico – resolveu puxar prosa com o convidado ilustre:

– Seu Papa, eu conheço o senhor há muito tempo. Mas me conte uma coisa: qual o parentesco que o Sr. tem com o nosso amigo Blota Jr.?

Casos havidos ou romanceados, "causos" são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e "causos" que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

DESPREOCUPAÇÃO

RODOVIAS MAIS SEGURAS E CONSERVADAS.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo garante a todo cidadão o direito de ir e vir com total segurança.

A paisagem em nossas estradas mudou. Saíram os buracos, a sinalização precária e a insegurança. No lugar, entrou uma moderna malha rodoviária com serviços de ajuda aos usuários, guinchos, ambulâncias e telefones de emergência. Para garantir a expansão e o bom funcionamento de toda essa infra-estrutura, além da manutenção, conservação e ampliação das rodovias, o Governo conta com a Artesp – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, também responsável pelo controle do transporte intermunicipal de passageiros. Os investimentos realizados nos 3,5 mil km de rodovias administradas pelas 12 concessionárias já somam R\$ 10 bilhões. E tudo isso, aliado à melhoria da qualidade do serviço dos ônibus intermunicipais, vem demonstrar o respeito do Governo do Estado pelos seus cidadãos.



ARTESP
AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHO E RESPEITO FAZEM A DIFERENÇA





5º CBTIM - CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

SEMINÁRIO: NOVOS GESTORES MUNICIPAIS

De 29 de Novembro a 02 de Dezembro de 2004
Frei Caneca Shopping & Convention Center – São Paulo – Capital

CONVITE

A **Associação Paulista de Municípios** e a **Confederação Nacional de Municípios** convidam para o evento em referência, que tem o apoio do **Tribunal de Contas** e do **Governo do Estado de São Paulo**, do **Governo Federal**, das entidades estaduais do país e regionais do Estado.

São Paulo, Novembro de 2004.

Marcos Monti

Presidente da APM – Associação Paulista de Municípios;
Vice-presidente da ABM – Associação Brasileira de Municípios
e Representante da CNM na região sudeste

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM – Confederação Nacional de Municípios
e Prefeito Municipal de Mariana Pimentel - RS

Informações

Fones: 11-3063-2665 / 3063-2225

e-mail: apaulista@apaulista.org.br

Site: www.apaulista.org.br